



PSICOLOGIA EM AÇÃO:

RELATOS DE EXTENSÃO ACADÊMICA

VOL. I

ORGANIZADORAS:

MIRIAN GORETE RIBEIRO

JUREMA DE ANDRADE BRESSAN

JAMILE ROSA LADISLAU

CRISTINA KELLETER BORGES INHAIA

PATRICIA COSTA ARLAQUE

GRESIELA NUNES DA ROSA

GABRIELA FIDELIX DE SOUZA

ORGANIZADORES

Ma. Mirian Gorete Ribeiro
Ma. Jurema de Andrade Bressan
Ma. Jamile Rosa Ladislau
Ma. Cristina Kelleter Borges Inhaia
Ma. Patricia Costa Arlaque
Ma. Gresiela Nunes da Rosa
Esp. Gabriela Fidelix de Souza

PSICOLOGIA EM AÇÃO **Relatos de Extensão Acadêmica - I**



Capivari de Baixo
2023

Editora Univinte – 2023.

Título: Psicologia em ação: relatos de extensão acadêmica, volume 1.

Capa: Andreza dos Santos.

Revisão: Mirian Gorete Ribeiro.

Editoração: Andreza dos Santos.

CONSELHO EDITORIAL Exedito Michels – Presidente Emillie Michels Andreza dos Santos	
Dr. Diego Passoni	Dra. Beatriz M. de Azevedo
Dr. José Antônio dos Santos	Dra. Patrícia de Sá Freire
Dr. Nelson G. Casagrande	Dra. Solange Maria da Silva
Dra. Joana Dar’c de Souza	Dr. Paulo Cesar L. Esteves
Dr. Rodrigo Luvizotto	Dra. Adriana C. Pinto Vieira
Dr. Amilcar Boeing	Esp. Gabriela Fidelix de Souza

P959p

Psicologia em ação: relatos de extensão acadêmica,
volume 1. / Mirian Gorete Ribeiro ... [et al.] ; Capivari de
Baixo : Editora Univinte, 2023.

127 p.

ISBN: 978-65-87169-58-3.

1. Psicologia. 2. Bressan, Jurema de Andrade. 3.
Ladislau, Jamile Rosa. I. Título.

CDD: 150

(Catalogação na fonte por Andreza dos Santos – CRB/14 866).

Editora Univinte – Avenida Nilton Augusto Sachetti, nº 500 – Santo André, Capivari de Baixo/SC. CEP 88790-000.

Todos os Direitos reservados.

Proibidos a produção total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.

A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo art. 184 do Código Penal.

COLABORADORES

Ana Júlia Carara	Kely Andrade de Moraes
André Giassi	Kerlly de Oliveira
Ana Paula Dultra De Souza	Laisa Mariano da Costa
Aghata Mendes	Lara Raldi
Adriano Lucas Duarte	Letícia Nunes
Clóvis Damasceno Paz	Letícia Ribeiro Cardoso
Emeline Corrêa de Melo	Liliane Modolon Fernandes
Edith Luchtemberg	Luana Behling
Fabiola de Souza M. Castro	Luciana Villa
Gabriela Fidelix de Souza	Manuella da Luz Verdieri
Gecimara Calegari R. Justino	Milena Pereira Nunes
Gisele Martins P. de Carvalho	Mirian Gorete Ribeiro
Gleice Cristine Martins	Raul Zandavalle Filho
Gustavo Cascaes Marcon	Rick Wilhiam de Camargo
Henrique Costa	Sheyla Elias Joaquim de Souza
Isabella Moreira de Freitas	Tainá Macieski Moraes
Jamile Rosa Ladislau	Tais Katusci Silva de Almeida
Juliana Barreiros de Meira	Tays Bristes
Jurandir de Sousa Corrêa Júnior	Willian Gazola Zeferino
Jurema de Andrade Bressan	Viviane Maria da Silva Ribeiro

APRESENTAÇÃO

A Extensão Acadêmica vem compondo-se como um importante método de desenvolvimento de habilidades e atitudes inerentes à área estudada, uma vez que seu principal objetivo é colocar o aluno em ação, atuando, demonstrando, fazendo o que aprendeu no decorrer das disciplinas. Nesse sentido a efetivação das práticas de Extensão Acadêmica tem contribuído para o desenvolvimento de habilidades e competências previstas na DCN do curso de psicologia, além de corroborar com o perfil de egresso com uma formação generalista com competências que reportam-se ao desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, proporcionando ao futuro profissional o domínio de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida da comunidade onde a instituição está inserida.

A ideia de organizar este material surgiu a partir da percepção de professores que atuam como supervisores de práticas de extensão acadêmica, sobre a importância em divulgar para a comunidade acadêmica do Centro Universitário Univinte as práticas desenvolvidas no Curso de Psicologia. Os docentes entendem que tal método tem se constituído como um importante viés de alinhamento teórico prático, alinhamento este que tem oportunizado aos alunos uma vivência rica de possibilidades de atuação na área da Ciência Psicológica, assim como, um método precioso para o aprimoramento de habilidades, atitudes e competências inerentes ao fazer e pensar psicológico.

Este compilado de relatos de práticas de Extensão Acadêmica está dividido em quatro capítulos e retrata as práticas ocorridas em 2021.1 e 2021.2. A definição pelas atividades relatadas nos capítulos foi realizada a partir de critérios estabelecidos pelos professores de Extensão Acadêmica e pelos professores que fazem parte do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Psicologia.

O primeiro capítulo aborda práticas envolvendo a disciplina de Psicologia Ciência e Profissão: Extensão I, ofertada no segundo semestre do curso. Nesta prática os alunos foram motivados e

preparados para irem a campo levar orientações e ensinamentos para os jovens que ainda não adentraram no mercado de trabalho sobre este contexto. Logo, a partir de rodas de conversas e exposições dialogadas, os acadêmicos matriculados na disciplina supracitada oportunizaram a jovens conhecimentos sobre construção de currículos, divulgaram sobre programas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, e ainda discutiram sobre posturas em entrevistas de empregos.

O segundo capítulo deste material retrata sobre a prática de extensão acadêmica desenvolvida na disciplina de Ética e Legislação em Psicologia: Extensão II. Esta disciplina é ofertada no terceiro semestre do curso. Além de oportunizar aos acadêmicos do curso a vivência prática e orientada, de uma possibilidade do fazer Psicológico, possibilitou ampliar o olhar para as questões éticas envolvidas nas relações interpessoais. Nas quais, pelo viés de rodas de conversas, exposição dialogada, dinâmicas e oficinas em grupos, os acadêmicos de Psicologia refletiram com pessoas em ambientes laborais, condomínios residências e escolas sobre o movimento ético envolvido nas relações humanas.

O terceiro capítulo aborda sobre as vivências ocorridas na disciplina de Psicologia, Deficiência e Inclusão: Extensão III, ofertada no quarto semestre do curso, além de possibilitar o alinhamento teórico prático, que possibilitou ampliar o olhar para as questões da Deficiência e Inclusão, incentivou tanto os alunos, quanto a comunidade a reconhecer a diversidade de perspectivas sobre o tema e de como devemos pensar a deficiência no campo da Psicologia, refletindo sobre estratégias que promovam o rompimento do capacitismo e das barreiras, principalmente as atitudinais.

O quarto capítulo refere-se às práticas ocorridas na disciplina Psicodiagnóstico e avaliação psicológica I: Extensão IV, disciplina ofertada no quinto semestre do curso de Psicologia. Esta experiência oportunizou aos acadêmicos do curso a vivência prática e orientada com foco na área da avaliação infantil, por meio da instrumentalização psicológica de uma possibilidade do fazer psicológico. Os alunos elaboram um projeto de aplicabilidade com o tema Instrumentos psicológicos para o psicodiagnóstico infantil, nos quais os alunos aplicaram uma entrevista psicológica de anamnese e um teste

psicológico que avalia a capacidade de atenção da criança BPA – Bateria Psicológica da Avaliação da Atenção com crianças. O espaço utilizado para a realização desta prática foi o Laboratório de Psicologia – Serviço Escola.

Todas as experiências relatadas neste material foram cuidadosamente supervisionadas e orientadas pelos professores que ministraram as disciplinas de Extensão de Acadêmica, assim como, todos os procedimentos éticos foram devidamente observados.

Mirian Gorete Ribeiro

Coordenadora e Professora do Curso de Psicologia Univinte
Mestre em Psicologia.
Especialista em Avaliação Psicológica
Terapeuta do Esquema

Capivari de Baixo, 2023.

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

O JOVEM E MERCADO DE TRABALHO 17
Mirian Gorete Ribeiro; Gustavo Cascaes Marcon; Henrique Costa; Letícia Nunes.

INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO.....23
Mirian Gorete Ribeiro; Rick Wilhiam de Camargo; André Giassi; Tays Bristes.

O JOVEM E O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO.....27
Mirian Gorete Ribeiro; Rick Wilhiam de Camargo; Gleice Cristine Martins; Lara Raldi.

CAPÍTULO II

A ÉTICA E A IMPORTÂNCIA DE ENTENDER A SI MESMO COLOCANDO-SE NO LUGAR DO OUTRO35
Mirian Gorete Ribeiro; Rick Wilhiam de Camargo; Ana Júlia Carara; Milena Pereira Nunes.

INFORMAR E DEMONSTRAR AOS COLABORADORES DA LOJA MARISA DE TUBARÃO UM MAIOR ENTENDIMENTO A RESPEITO DA IMPORTÂNCIA DA ÉTICA RELACIONAL NO AMBIENTE LABORAL 41
Mirian Gorete Ribeiro; Isabella Moreira de Freitas; Luana Behling; Luciana Villa; Tainá Macieski Moraes.

ÉTICA RALACIONAL EM AMBIENTE ESCOLAR 51
Mirian Gorete Ribeiro; Ana Paula Dultra de Souza; Aghata Mendes; Laisa Mariano da Costa; Liliane Modolon Fernandes.

POR UMA ÉTICA RELACIONAL VOLTADA PARA UMA VIVENCIA
COTIDIANA57
*Mirian Gorete Ribeiro; Kely Andrade de Moraes; Tais Katusci Silva de
Almeida.*

CAPÍTULO III

OS BENEFÍCIOS DA MÚSICA NO PROCESSO DE BEM ESTAR E
DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA 67
*Jurema de Andrade Bressan; Jurandir de Sousa Corrêa Júnior; Willian
Gazola Zeferino.*

CUIDAR DE QUEM CUIDA: CUIDADORES DE PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA 73
*Jurema de Andrade Bressan; Clóvis Damasceno Paz; Fabíola de Souza
Medeiros Castro; Gisele Martins Pereira de Carvalho; Kerlly de Oliveira;
Sheyla Elias Joaquim de Souza.*

ACOLHIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO
MERCADO DO TRABALHO 79
*Jurema de Andrade Bressan; Edith Luchtemberg; Manuella da Luz
Verdier; Juliana Barreiros de Meira; Viviane Maria da Silva Ribeiro.*

DEFICIÊNCIA MOTORA: APRENDENDO A SUPERAR AS
LIMITAÇÕES FÍSICAS85
*Jurema de Andrade Bressan; Ana Paula Dutra de Souza; Letícia
Ribeiro Cardoso; Liliane Modolon Fernandes.*

A (INTER) RELAÇÃO INCLUSIVA COM PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS ATIVIDADES LABORAIS 91
*Jurema de Andrade Bressan; Isabella Moreira de Freitas; Luana
Behling; Tainá Macieski Moraes.*

CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA, DA PEDAGOGIA E DA PSICOLOGIA
PARA A INCLUSÃO DA PESSOA CEGA E COM DEFICIÊNCIA
VISUAL99

*Jurema de Andrade Bressan; Kely Andrade de Moraes; Luciana Villa;
Tais Katusci.*

CAPÍTULO IV

PRÁXIS DO PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL: PROCEDIMENTO DE
ENTREVISTA DE ANAMNESE E TESTAGEM DE PROCESSO
PSICOLÓGICO BÁSICO DA ATENÇÃO PUERIL 107

*Jamile Rosa Ladislau; Jurandir de Sousa Corrêa Júnior; Willian Gazzola
Zeferino.*

PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL: PRÁTICAS DE ANAMNESE E
TESTE DE ATENÇÃO 113

Jamile Rosa Ladislau; Raul Zandavalle Filho; Adriano Lucas Duarte.

PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL: APLICAÇÃO DE TESTE BPA –
BATERIA PSICOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO..... 121

*Jamile Rosa Ladislau; Emeline Corrêa de Melo; Fabíola de Souza
Medeiros Castro; Gecimara Calegari Rodrigues Justino.*

CAPÍTULO I

Este capítulo retrata as atividades de Extensão Acadêmica realizadas na disciplina de Psicologia Ciência e Profissão: Extensão I, sob a supervisão da Professora Mirian Gorete Ribeiro, no período de outubro a dezembro de 2021.2. O objetivo das práticas aqui relatadas foi colocar o aluno matriculado na referida disciplina em contato com um recorte do fazer psicológico, assim como, levar orientações e ensinamentos para os jovens que ainda não adentraram no mercado de trabalho sobre este contexto.

O JOVEM E MERCADO DE TRABALHO

Mirian Gorete Ribeiro¹
Gustavo Cascaes Marcon²
Henrique Costa³
Letícia Nunes⁴

1 INTRODUÇÃO

No decurso do processo de industrialização e formalização do vínculo trabalhista, esta temática esteve em constante transição por se tratar do aspecto que abrange a sociedade, faz o capital monetário girar e contribui na capacitação do profissional. Entretanto, a ausência de qualificação, experiência, orientação, meios facilitadores e oportunos, dificultam a inserção do jovem no mercado de trabalho.

Desde a década de 90 até a contemporaneidade, as mídias sociais propuseram o acesso a diversos conteúdos e materiais de diversos temas e temáticas, contribuindo para o direcionamento do público alvo. Ademais, instituições sociais, educacionais e programas governamentais, oportunizam meios de inserção dos jovens ao mercado de trabalho, Outrossim, outro recurso de grande importância utilizado para adentrar neste cenário é o Currículo Vitae (CV) na qual espera-se que conste os dados necessários, de identificação, objetivos, escolaridade, experiências dentre outros, a fim de apresentar o candidato ao recrutador.

Tendo em vista disso, percebe-se uma certa dificuldade e desorientação por parte dos jovens na elaboração de um CV, por esse motivo, se faz necessário o direcionamento e a orientação. Sendo assim o objetivo geral dessa prática de Extensão Acadêmica é oportunizar meios facilitadores de inserção do jovem ao mercado de trabalho, e tem como objetivos específicos (1) Direcionar o jovem na

¹ Mestre em Psicologia, Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro universitário Univinte. E-mail: mirian@fucap.edu.br.

² Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: gustavomarcom@hotmail.com.

³ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: henriqueconstantino085@gmail.com.

⁴ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: leticianunes.fer@gmail.com.

elaboração de currículo vitae através da percepção de suas qualidades, aptidões e qualificações, e, (2) Dialogar acerca de direcionamento ao mercado de trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme aponta Jager *et al.* (2018) o Curriculum Vitae (CV) se apresenta como um dos recursos mais utilizados pelas empresas como forma de seleção de estagiários e profissionais disponíveis no mercado de trabalho, sendo considerado como um dos documentos mais importantes da vida de um profissional por oferecer ao recrutador valiosas informações a respeito da história profissional e educacional do candidato.

Nesse sentido, segundo MATOS (2012, pág. 4), “apresentar um currículo bem elaborado e com um bom visual é uma forma estratégica de atrair as empresas, oportunizando possibilidades de conquistar uma entrevista pessoal”. Outro ponto de grande relevância é que, por intermédio do CV o selecionador “[...] identifica quais os objetivos profissionais do candidato e busca alinhá-lo, quando possível, aos objetivos estratégicos empresariais” (JAGER *et al.*, 2018, pág. 582). Ainda segundo o mesmo autor, “[...] a correta elaboração do CV, sua organização, nível de detalhamento, clareza e relevância das informações, entre outros fatores, vão influenciar o processo de seleção” (p.584).

Logo, entende-se que para a confecção de um CV de eficácia, o candidato deve investir algum tempo para o mesmo, conforme aponta MATOS. Na atualidade, o candidato ao mercado de trabalho, se quiser ter um currículo atrativo em suas informações, deve destinar algum tempo para a sua elaboração. Deve também buscar o equilíbrio, sintonia e ajuste das informações que serão mencionadas, de acordo com perfil da empresa desejada. Para isso, é preciso planejar as informações, concentrando-se sempre naquelas que contribuirão com o interesse e objetivo do candidato em relação à empresa. Informações que estejam fora do interesse do cargo ou da área de atuação almejada, poderão prejudicar o processo de atratividade de um currículo (MATOS, 2012)

Destaca-se que nem sempre os fatores relacionados a conhecimentos, aptidões ou capacidades nos seus índices mais elevados são as maiores preocupações durante os processos seletivos. A seleção pessoal, algumas vezes, pode vir a priorizar pessoas que apresentem certos tipos de perfis específicos que estejam em alinhamento com o perfil organizacional. Isso se justifica pelo fato de a capacidade técnica do profissional ser passível de ser ensinada e treinada, já a sua personalidade é mais difícil de ser moldada (JAGER et al., 2018). Frente a isso, ainda seguindo a ideia do mesmo autor, JAGER et al. complementa que Atualmente existe uma tendência empresarial de valorização das pessoas. As organizações são construídas por grupos de pessoas (conjunto de conhecimentos, habilidades e competências diversas) que constituem seu capital intelectual e funcionam como motores para seu desenvolvimento.

Neste sentido, o comportamento humano passa a ser igualmente valorizado que o conhecimento técnico, uma vez que para a empresa funcionar, as pessoas com comportamentos e atitudes flexíveis são importantes tanto quanto as pessoas com um alto conhecimento técnico (JAGER *et al.*, 2018). Ainda no que tange a compatibilidade entre os perfis do profissional e da organização, MATOS (2012, p. 22) nos elucida que “[...] para cada tipo de empresa deve ser elaborado um currículo diferente e que atenda, principalmente, ao perfil definido pelas organizações”. Devido às exigências, mitos e verdade que envolvem o processo seletivo, é natural que durante a construção do CV surjam muitas dúvidas acerca de como confeccionar o documento, o que por sua vez pode levar o candidato a sentimentos de desorientação e decisão prematura de não procurar ajuda com relação a esse fato (JAGER *et al.*, 2018).

Ainda utilizando o mesmo autor como base, JAGER *et al.* nos trás algumas justificativas acerca dessas questões, conforme descrito abaixo. [...] observa que muitas dessas questões são resultados do desconhecimento ou de uma visão distorcida da realidade que envolve o processo de seleção de pessoas em seus mais variados contextos. Isso acontece porque informações e discussões sobre o planejamento da carreira, sobre o ingresso no mundo do trabalho e suas características e os possíveis desafios a serem enfrentados não estão

presentes ou aparecem de forma fragilizada no currículo da educação fundamental ou no ensino superior (JAGER et al., 2018, pág. 583).

Contudo, ressalta-se que um CV bem construído e apresentável não significa instantaneamente uma resposta positiva frente ao processo seletivo em questão, todavia, o mesmo serve como um grande facilitador para conseguir entrevistas pessoais, na orientação e tomada de decisões por parte dos responsáveis pelo recrutamento, o que por sua vez acarretará em maiores chances de sucesso para o candidato (MATOS, 2012). Segundo JAGER et al. (2018), dentre os principais tópicos que devem constituir um CV são: • Os dados de identificação do candidato (nome completo, nacionalidade, data de nascimento, endereço, telefone e e-mail); • Objetivos almejados; • Descrição da escolaridade/formação acadêmica; • Experiência profissional ou de estágios; • Idiomas e cursos extraclasse realizados.

O autor supracitado ainda cita alguns pontos com relação ao preenchimento e a forma de apresentação de alguns itens, dentre elas a importância do candidato se atentar ao preenchimento do seu CV de forma objetiva, clara e sem erros de português, focando sempre na boa apresentação e manuseio do mesmo, inclusive com relação amassados nas folhas impressas. Já no que tange às informações relacionadas à trajetória profissional, deverão ser constatadas as experiências que mais se assemelham em tarefas, características e conhecimento exigidos pela vaga de emprego na qual está sendo disputada (JAGER et al., 2018).

MATOS (2012, pág. 11) ressalta que um CV “[...] mal elaborado poderá ser descartado, ampliando a pilha daqueles candidatos que não interessam ou não atraíram as empresas, ou seja, não possuem um currículo que chame a atenção ou desperte interesse”. Segundo o mesmo autor, alguns pontos podem ser utilizados para evitar esse tipo de situação, como por exemplo ser conciso e não apresentar currículos com mais de três páginas. No caso de profissionais que estão iniciando sua vida profissional e não possuem experiências, uma página é considerada como suficiente. Já para profissionais que apresentam uma carreira mais longínqua, um CV muito curto pode transmitir a ideia de que o mesmo não realizou muitas coisas durante suas experiências profissionais anteriores.

Conforme JAGER (2018, pág. 588) cita, uma boa sugestão como forma de apresentação das informações que compõem o CV seria “[...] organizar o conteúdo em itens em vez da utilização de um texto cursivo a fim de facilitar a identificação das informações pelo selecionador”. Seguindo as observações de MATOS (2012), no que se refere ao item de escolaridade/formação acadêmica, as informações atuais devem sempre aparecer em primeira instância. No caso, se o candidato possui o ensino médio completo e atualmente estiver cursando uma graduação, essa deverá ser apresentada primeiro, e a seguir, as informações relacionadas ao ensino médio.

3 METODO

A presente prática ocorreu na forma de reunião no segundo semestre de 2021, na qual foi executada uma roda de conversa com alunas da Oficina de Danças Urbanas, ministrada no Parque Ambiental Encantos do Sul, localizado no município de Capivari de Baixo - SC. Essa ação foi realizada com 8 jovens, junto com seu instrutor, somando assim ao todo 9 participantes na qual foram abordados os seguintes itens: apresentação da equipe e da proposta do projeto de extensão, contextualização acerca da importância da apresentação de um currículo vitae bem elaborado, conversação a respeito dos principais tópicos e relevância das informações que devem constituir o currículo vitae, apresentar meios e algumas instituições que capacitam o jovem e auxiliam-no na inserção no mercado de trabalho, dentre elas: Fundação Bradesco, IFSC, CIEE/SC, CEDUP, elucidando formas de ingresso, disponibilidades de cursos e orientações em geral. As jovens tinham entre 14 a 20 anos, sendo assim, cada participante menor de idade teve o Termo de Consentimento Livre e esclarecido assinado pelo responsável legal. E as jovens acima de 18 anos assinaram elas mesmas o Termo.

4 RESULTADOS

Os participantes se mostraram extremamente interessados com o tema abordado, como também a metodologia proposta como uma roda de conversa mostrou-se eficaz para a realização do projeto, pois

contribuiu para proporcionar um ambiente acolhedor tanto para as participantes como a equipe do projeto. Durante a ação, as alunas se mostraram à vontade para a realização de perguntas, como também em compartilhar experiências e situações vividas durante suas trajetórias profissionais. Considera-se assim que a realização do projeto ocorreu de forma eficaz e satisfatória.



REFERÊNCIAS

JAGER, M. E., Oficinas de elaboração de currículo e comportamento em entrevista. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, v. 11, n. 3, p. 581-594, jul./set. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/14318/pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

MATOS, M. C. P., (org.). **Manual de elaboração de currículo vitae: passo a passo**. Santos: Universidade Santa Cecília, 2012. 10 p.

INSERÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO

Mirian Gorete Ribeiro¹
Rick Wilhiam de Camargo²
André Giassi³
Tays Bristes⁴

1 INTRODUÇÃO

A relação do adolescente e do jovem com o mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais intensa, já que muitos nessa faixa de idade se veem na obrigação de trabalhar para ajudar o sustento da casa ou ainda buscam um emprego por conta própria e se deparam com uma demanda diferente do que imaginaram e/ou mais qualificada.

Neste sentido, este trabalho prático tem por objetivo auxiliar, tirar dúvidas e em certo nível preparar os adolescentes para enfrentar o mundo profissional. Apresentando técnicas, estratégias e dando orientações para conseguir seu primeiro emprego. Sendo então de grande importância para direcionar suas ações na entrada do mercado de trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 MERCADO DE TRABALHO ATUAL

A realidade do mercado de trabalho para o jovem brasileiro, a cada ano que passa, se torna mais sufocante. Com uma taxa de desemprego alta entre a faixa etária de 14 a 24 anos os desafios aumentam, a chegada de novas tecnologias e a necessidade de mão de obra especializada são barreiras grandes para os nossos jovens. E a

¹ Mestre em Psicologia, Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro universitário Univinte. E-mail: mirian@fucap.edu.br.

² Mestre em Psicologia. Professor do Curso de Psicologia do Centro universitário Univinte. E-mail: rick_ick@hotmail.com.

³ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: andreluis_giassi@outlook.com.

⁴ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: taysbristes@gmail.com.

situação parece ainda mais desafiadora se comparada com a geração anterior onde pouquíssimas tecnologias eram implementadas e o trabalho braçal, por assim dizer, era mais comum (PIERRI, 2021).

No 1º trimestre de 2021, o grupo de 14 a 17 anos de idade representava 5,7% das pessoas desocupadas do País. Os jovens de 18 a 24 anos eram 29,0% das pessoas desocupadas (IBGE, 2021). Apesar dos crescentes desafios, a tecnologia é um grande caminho de novas possibilidades. E com certeza um dos maiores atualmente, é a grande concorrência para as vagas já aliada à falta de experiência, dificultando muito a entrada nas empresas. Fazendo-se necessário então recorrer a algum tipo de qualificação, através de cursos e palestras, que muitas vezes, são gratuitos.

Nesse cenário as instituições de ensino têm um papel muito importante, principalmente as escolas, apresentando alternativas e caminhos para os alunos que desejam se conectar com o mundo do trabalho. Um mercado que pede a cada dia por mais inovação e participação é um mercado de grandes oportunidades para jovens com boas ideias e com olhares para temas atuais, como sustentabilidade, diversidade e ações de impacto positivo na sociedade. (PIERRI, 2021)

A quantidade de stress e informações que são despejadas em nossos jovens atualmente é tão grande que se torna perceptível em seus rostos um certo desânimo. Sendo alvo até mesmo de críticas e/ou cobrança das gerações anteriores. “Estas gerações não hesitam em afirmar que os adolescentes da atualidade carregam um peso de negativismo maior nos seus pensamentos, sentimentos e comportamentos” (NASCIMENTO, 2013, p. 3)

2.2 PROJETO DE VIDA

O projeto de vida auxilia os jovens na organização de pensamentos para construção de identidade para isso é preciso articular os contextos nos quais o indivíduo está inserido, considerando não somente o grupo, a escola, a comunidade, a família, a cidade, o país e demais vínculos que permeiam a construção de um projeto, mas também seus desejos e interesses pessoais e coletivos. Etimologicamente, a palavra projeto deriva do latim *projectus*, participio passado de *projicere*, significando algo como lançado para frente.

Cada ser humano, ao nascer, é lançado no mundo, como um jato de vida. Paulatinamente, constitui-se como pessoa, na medida em que desenvolve a capacidade de antecipar ações, de eleger continuamente metas a partir de um quadro de valores historicamente situado, e de lançar-se em busca das mesmas, vivendo, assim, a própria vida como um projeto. (MACHADO, 2006)

No mercado de trabalho esse projeto vem com a finalidade de não somente a escolha de um futuro profissional, mas envolve a preocupação com a formação integral do estudante, para que também se realize pessoalmente e se torne um cidadão participativo ou seja um cidadão com mais autonomia, consciência crítica e responsabilidade, é importante lembrar que vivemos em um contexto do mundo atual, marcado por intensas mudanças, crises e incertezas. Na sociedade contemporânea, somos chamados a escolher, a decidir continuamente, fazendo dessa ação uma condição para a sobrevivência social. (MANDELLI, 2011)

3 METODO

A partir de uma roda de conversa com 16 alunos, do 9º ano da escola Célia Coelho Cruz, no segundo semestre de 2021. Foi construído juntamente com eles uma visão sobre o tema. Apresentando e expondo dados acerca, contribuindo para a expansão da visão do mercado de trabalho no qual estão prestes a serem inseridos. Através de apresentação de slides, os alunos foram orientados sobre construção do currículo, entrevista de emprego, comportamento no ambiente de trabalho e desenvolveram uma atividade de plano de vida. Atividade essa baseada em perguntas que os alunos responderam para si mesmos, construindo a sua própria visão de quem são, quem querem ser e qual caminho pretendem seguir.

4 RESULTADOS

O trabalho como um todo foi bem construtivo, na metodologia estava previsto para ser uma aula de apresentação (45 minutos) mas os alunos interagiram muito conosco e com o tema, o que acabou nos levando a duas aulas de apresentação (1:30 horas) aumentando em 45

minutos do previsto. Os alunos interagiram muito com várias perguntas, exemplos e histórias pessoais.



REFERÊNCIAS

MACHADO, N. J. **Educação**: projetos e valores. São Paulo: Escrituras, 2006.

MANDELLI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arquivos Brasileiros de psicologia**, v. 63, p. 49-57, 2011.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. Educação e projeto de vida de adolescentes do ensino médio. **EccoS–Revista Científica**, n. 31, p. 83-100, 2013. PIERRI, Vitória. Desemprego entre os jovens aponta mercado de trabalho desafiador. <https://jornal.usp.br/>, 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/desemprego-entre-osjovens-aponta-mercado-de-trabalho-desafiado>.

O JOVEM E O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO

Mirian Gorete Ribeiro¹
Rick Wilhiam de Camargo²
Gleice Cristine Martins³
Lara Raldi⁴

1 INTRODUÇÃO

A prática de Extensão em questão, tem por temática o jovem e o ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, busca abordar e compreender a realidade do jovem na atualidade frente às primeiras experiências empregatícias, suas principais dificuldades, dúvidas, desafios, rede de apoio, entre outros fatores relevantes neste contexto.

Durante as últimas décadas, foi notável o histórico de transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas e que repercutem até os dias atuais, no cotidiano dos jovens e na busca por conquistar espaço no mercado de trabalho. Logo após a segunda guerra mundial, a aceleração do processo de industrialização e urbanização, permitiu ao jovem importante inserção social que o levou a realização de atividades laborais. Em contrapartida, é pertinente salientar que as cobranças têm se intensificado perante o ingresso no mercado de trabalho, visto que a faixa etária prevista para tal fato muda constantemente à medida que os processos de emancipação dos jovens são retardados por diversos motivos, como a ampliação do período de formação escolar para enfrentar as exigências do mercado de trabalho.

Logo, discutir e refletir sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho se faz necessário diante de tantas modificações e desafios existentes. Desse modo, contribuindo na compreensão do contexto

¹ Mestre em Psicologia, Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro universitário Univinte. E-mail: mirian@fucap.edu.br

² Mestre em Psicologia. Professor do Curso de Psicologia do Centro universitário Univinte. E-mail: rick_ick@hotmail.com.

³ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: gleicece@gmail.com.

⁴ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: lara.raldi@gmail.com.

atual e permitindo esclarecimento ao grupo de alunos participantes da Extensão, expondo algumas ações facilitadoras nesse processo, tornando o assunto mais claro e dinamizando essa trajetória que em breve, todos estarão inseridos e percorrendo. Esta prática teve como objetivo instruir os jovens acerca das possibilidades e os primeiros passos para ingressar no mercado de trabalho. Assim como, orientar os estudantes quanto à construção do currículo e sobre como fazer a carteira de trabalho. E, ainda informar referente aos programas e oportunidades, através do CIEE e do SINE.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O dinamismo no mercado de trabalho é constante, ao mesmo tempo que facilita a inserção do jovem na obtenção do primeiro emprego, por outro lado, tem permitido o surgimento de muitas formas degradantes de exploração da atividade laboral, com evidentes impactos negativos sobre as condições de educação dos jovens. Nesse sentido, é perceptível que transformações positivas e negativas perpassam pela temática do ingresso do jovem ao mercado de trabalho. (GIMENEZ E SANTOS, 2015)

Alguns fatores positivos, ou interpretados como facilitadores podem ser citados como os descritos a seguir que indicam oportunidades para um melhor preparo frente ao ingresso no mercado de trabalho, bem como equilibra o fato de a demanda por buscas do primeiro emprego serem maiores que as ofertas existentes.

A própria história mostra os fatos que predominaram no pós-guerra, onde o processo exacerbado de industrialização e urbanização provocados pelo fim da segunda guerra mundial, promoveu um dinamismo no mercado de trabalho, gerando também desigualdade perante a busca por um emprego. Nesse sentido, a parcela de jovens egressos de famílias bem resolvidas financeiramente foi beneficiada por novas oportunidades de escolarização formal, enquanto muitos outros jovens, provenientes de classes sociais menos favorecidas, foram forçados indiretamente, a entrar no ramo de trabalho informal, a fim de ajudarem suas famílias a promoverem subsídios para sua sobrevivência. (GIMENEZ E SANTOS, 2015)

Dessa forma, jovens em situação de vulnerabilidade possuem grandes barreiras quando se trata do primeiro emprego, visto que, muitas vezes priorizam o trabalho em detrimento dos estudos, tornando seu currículo menos qualificado aos olhos do mercado e assim afunilando suas oportunidades. Hodiernamente, as exigências do mercado de trabalho são crescentes, o meio tecnológico tem evoluído, mas não na mesma medida que o acesso a ele. É oportuno que formas de orientação, conhecimento, promoção de oportunidades de ensino sejam ampliadas e permitam que a inserção ao mercado de trabalho ocorra de forma mais igualitária e fluida, ao mesmo tempo que atenda as demandas do mercado de trabalho.

No contexto brasileiro, a inserção do jovem no mercado de trabalho tem cada vez mais recebido apoio de iniciativas organizadas em forma de programas, de projetos e de políticas públicas específicas, embora ainda não se constitua como um conjunto sinérgico de ação. Essa inserção chega a até ser preconcebida pelo prisma do livre mercado, pelo qual o jovem concorre para assumir um posto de trabalho, mas as próprias condições desfavoráveis da economia e a radical desigualdade social entre os jovens, colocam em xeque esse pressuposto liberal, além de revelar a provável responsabilidade desse princípio pela produção das desigualdades. Assim, mais do que justificável, torna-se imprescindível e relevante para a coesão social a criação de mecanismos de ação para se ampliar as oportunidades de trabalho decente para jovens. (CARVALHO, p. 15)

Destarte, fica claro a importância da criação e manutenção de políticas públicas como o SINE, e organizações como o CIEE, como meio de amparar, intermediar e fazer a ponte entre o jovem e a empresa. Além disso, se faz essencial que o jovem saiba obter sua carteira de trabalho e construir seu currículo, a fim de viabilizar o seu ingresso. Por fim, ratifica-se a assertiva: “mais do que um emprego com bom salário e boas condições de trabalho, trata-se de uma inserção social que promove oportunidades de crescimento e desenvolvimento psicossocial e profissional.” (RIBEIRO, 2011, p. 62).

3 MÉTODO

A partir dos estudos na disciplina Psicologia: Ciência e Profissão, foi proposto a extensão acadêmica com o tema “O jovem e o mercado de trabalho”, no segundo semestre de 2021. Com base na orientação e supervisão da professora responsável, a dupla foi a campo buscar a conexão teórico-prática sobre a matéria estudada. A prática aconteceu com 12 jovens que estão no último ano do Ensino Médio da escola EEB Gregório Manoel de Bem, com idade entre 16 e 18 anos, sendo 7 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. A escola está situada no bairro Ribeirão Pequeno, município de Laguna - SC. Foi abordado através de uma roda de conversa e apresentação de slides, a importância da construção de um currículo e o que precisa constar nele, como obter a carteira de trabalho, e por fim, informar quanto às oportunidades e vagas encontradas na cidade de Laguna - SC, através do CIEE e do SINE. Dessa forma, visando instruir esse público sobre como dar os primeiros passos para o início das experiências e vivências laborais.

4 RESULTADOS

O encontro ocorreu durante a aula de Artes que foi cedida às acadêmicas para realização do Projeto de Extensão. No decorrer da conversa com os participantes, ficou claro como o encontro foi proveitoso, esclarecedor e contribuiu substancialmente no processo de esclarecimento referente a inserção no mercado de trabalho. Evidenciou-se que muitos participantes trabalham de maneira informal, quatro alunos não possuíam a carteira de trabalho digital, poucos procuram por cursos de aperfeiçoamento, menos da metade pretende ingressar na universidade, cinco prestaram vestibular em 2021, nenhum aluno tinha conhecimento acerca do CIEE, sabiam apenas a respeito do SINE.

Toda a construção do projeto conteve a orientação da professora responsável pela disciplina, o que propiciou segurança às alunas. A atividade prática possuiu cooperação dos profissionais responsáveis pela escola e pelo ESF, o que possibilitou um grande acolhimento aos jovens. Acredita-se que a execução deste projeto contribuiu de forma

muito significativa para as acadêmicas, especialmente acerca da correlação teórico-prática que foi vivenciada.



REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Marcelo Afonso. Juventude e trabalho: construindo a carreira em situação de vulnerabilidade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, pág. 58-70; 63 (no.spe.): 1-104, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300007. Acesso em 22 de Outubro de 2021.

SANTOS, Anselmo Luis dos; GIMENEZ, Denis Maracci. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos avançados** 29. (85), 2015, pág. 153-168. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GbtRWPdc95dJYQVnkN5cBNq/abstract/?lang=pt>. Acesso em 22 de Outubro de 2021.

CARVALHO, Joari Aparecido Soares de. **Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/146.pdf>. Acesso em 22 de Outubro de 2021.

ROCHA, Sônia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 533-550, Set./Dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/T8BLxBwGfzYW8B99m9YYysG/?lang=pt>. Acesso em 24 de Outubro de 2021.

AZEVEDO, Carla Fernanda Varollo de; DIAS, Natália Publio de Souza. **O desafio da inserção dos jovens no mercado de trabalho**. 16° Congresso Nacional de Iniciação Científica, CONIC SEMESP, 2016. Disponível em: <https://www.conic-semesp.org.br/anais/files/2016/trabalho-1000022663.pdf>. Acesso em 24 de Outubro de 2021.

DORNELLES, Aline Espindola; REIS, Carlos Nelson dos; PANOZZO, Vanessa Maria. Juventude latino-americana e mercado de trabalho: programas de capacitação e inserção. **R. Katál.**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 81-90 jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/3Nwh9VZrWNfzRdBsfGd7LPH/abstract/?lang=pt>. Acesso em 24 de Outubro de 2021.

GARCIA, Maria de Fátima *et al.* A condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro: uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego (1999-2009). **EconomiA**, Brasília (DF), v.13, n.3a, p.481–506, set/dez 2012. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26901>. Acesso em 24 de Outubro de 2021

CAPÍTULO II

Este capítulo retrata as atividades de Extensão Acadêmica realizadas na disciplina de Ética e Legislação em Psicologia: Extensão II, sob a supervisão da Professora Mirian Gorete Ribeiro, no período de maio a julho de 2021.¹ O objetivo das práticas aqui relatadas foi colocar o aluno matriculado na referida disciplina em contato com um recorte do fazer psicológico, assim como, levar orientações e ensinamentos para um público alvo de sua escolha sobre as implicações da ética nas relações interpessoais.

A ÉTICA E A IMPORTÂNCIA DE ENTENDER A SI MESMO COLOCANDO-SE NO LUGAR DO OUTRO

Mirian Gorete Ribeiro¹
Rick Wilhiam de Camargo²
Ana Júlia Carara³
Milena Pereira Nunes⁴

1 INTRODUÇÃO

Viver em uma sociedade, onde são criados enigmas e padrões de vida, influenciam muito na construção do eu. A busca por uma compreensão perante as escolhas da vida, é algo que as pessoas vem procurando. Neste presente trabalho apresentaremos a ética e a importância de entender a si mesmo, colocando-se no lugar do outro.

Segundo Habermas (1989), diz que a identidade do homem é construída por ele próprio, e isso acontece por influencia do ambiente em que vive. Sendo assim, a importância da construção do eu, é entender os processos internos diante das vivências cotidiano.

Gergen (1997) explica que existe um processo de entendimento e desentendimento que faz com que possibilite processos de novos sentidos sobre as situações vividas, o processo em que o mundo se vê, bem como si mesmo.

Hoffman (1991) trabalha a empatia, com o modo de senso cognitivo sobre a existência de outras pessoas, sendo assim, o poder de se colocar no lugar do outro. A busca de uma sociedade empática, diz muito sobre o assunto argumentado no presente projeto, tendo em vista construir um processo de entendimento individual, que faça influência em compreender o modo em que o mundo vive.

¹ Mestre em Psicologia, Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro universitário Univinte. E-mail: mirian@fucap.edu.br.

² Mestre em Psicologia. Professor do Curso de Psicologia do Centro universitário Univinte. E-mail: rick_ick@hotmail.com.

³ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: jucarara.ajc@gmail.com.

⁴ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: milena.nuunes@hotmail.com.

Na sociedade ao longo do tempo foram ganhando diferentes sentidos sobre ética, desde elaborações mais abstratas e filosóficas até aquelas mais pragmáticas que se estabelecem em Códigos de Ética Profissionais. A busca de definições sobre o certo e o errado, o bom e o mau, a investigação sobre qual poderia ser a melhor conduta em determinada situação, bem como a tentativa de encontrar respostas para questões dilemáticas do nosso cotidiano são anseios que, recorrentemente, têm ocupado as pessoas em suas atividades diárias (ALONSO, 2002; VÁZQUEZ, 1997). Sendo assim, essa prática de Extensão Acadêmica tem como objetivo promover empatia pelo viés da ética relacional dentro do salão de beleza. Assim como, compreender a ética relacional dentro da empatia no ramo da beleza, e, possibilitar enxergar o outro com empatia a fim de entender o mundo dele.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Adotar uma visão relacional, que enfatize a construção de si mesmo e do mundo numa ação conjunta, significa compreender a ética como algo que é criado e recriado nas negociações de sentido sustentadas em uma relação (GRANDESSO, 2000).

O homem pode ficar em uma posição de exterioridade em relação a sua sociedade, colocando-se em uma perspectiva em que há possibilidade de fazer julgamentos: olhar, avaliar, ponderar e questionar. O homem não fica mais preso às circunstâncias do seu nascimento: a natalidade não é mais uma fatalidade. Através da descentração, que lhe é agora possível pela sua individualidade, o homem permite-se uma visão crítica da realidade, das instituições sociais. Sua razão, agora, é seu guia. A identidade do homem é construída por ele próprio e isso lhe é possível em razão das possibilidades de descentração de seus ambientes, podendo julgá-los e não ser determinados por eles. Enfim, o homem passa a se guiar pela possibilidade de crítica (HABERMAS, 1989).

Toda constituição conceitual baseia-se na proposta de uma razão fundamentada na comunicação, na argumentação, no discurso, no entendimento entre sujeitos capazes de falar e agir. A linguagem deixa de possuir uso puramente cognitivo e de ser abordada apenas como tal, sendo a orientação consensual que deve nortear a interação dos

sujeitos: o paradigma do conhecimento de objetos - Filosofia da consciência de si, da auto-referência que marca o conhecer e o agir, é substituído pelo paradigma da compreensão mútua. A ética baseada no discurso é pensada a partir da subjetividade dos participantes, extravasadas, continuamente, nas possibilidades de comunicação como mediadoras e doadoras de sentido às relações entre aos atores de uma comunidade lingüística (Habermas, 1989).

O processo de entendimento-desentendimento (Gergen, 1997), sendo cultivado, possibilita a construção de novos sentidos sobre as situações, o mundo, o outro, bem como sobre si mesmo e, conseqüentemente, modos de agir ante não imaginados passam a ser possíveis.

Segundo Hoffman (1987, 1991), a empatia está diretamente relacionada ao desenvolvimento de um senso cognitivo sobre a existência de outras pessoas, o qual, por sua vez, se encontra ligado ao processo de diferenciação do *self*. Além disso, a associação entre os sentimentos produzidos durante os episódios empáticos e os níveis de desenvolvimento sociocognitivo produz mudanças na maneira como os indivíduos irão sentir subjetivamente a empatia.

De acordo com Hoffman (1991), a partir do desenvolvimento da consciência sobre a permanência dos objetos e da diferenciação entre o *self* e o outro, parte da angústia empática é transferida para as imagens separadas do *self* e do outro, as quais se encontram em processo de construção.

Dymond definia a empatia como uma capacidade de transposição imaginativa de si no pensamento, sentimento e ações do outro" (Dymond, 1949, p. 127), e a investigava comparando a avaliação que uma pessoa (A) fazia dela mesma com a avaliação que outra (B) fazia dela (A), bem como com a avaliação que A fazia de B comparada à auto-avaliação de B, determinando um índice que, segundo essa autora, designaria o nível de empatia dos indivíduos. Assim, para Dymond, o indivíduo mais empático era aquele que conseguia prever ou inferir com maior grau de precisão o que as outras pessoas sentiam e pensavam, mesmo que não fosse mobilizado afetivamente por esse conhecimento.

2 MÉTODO

Esta prática ocorreu vinculada a disciplina de Ética e Legislação em Psicologia, no primeiro semestre de 2021.

1 Passo: Em um grupo de 5 mulheres que trabalham em um salão de beleza localizado na cidade de tubarão Sc, foi apresentado a proposta, cujo o tema: A Ética e a importância de entender a si mesmo, colocando-se no lugar do outro. A partir do tema apresentado, foram entregues panfletos com o tema da dinâmica de empatia que foi desenvolvida.

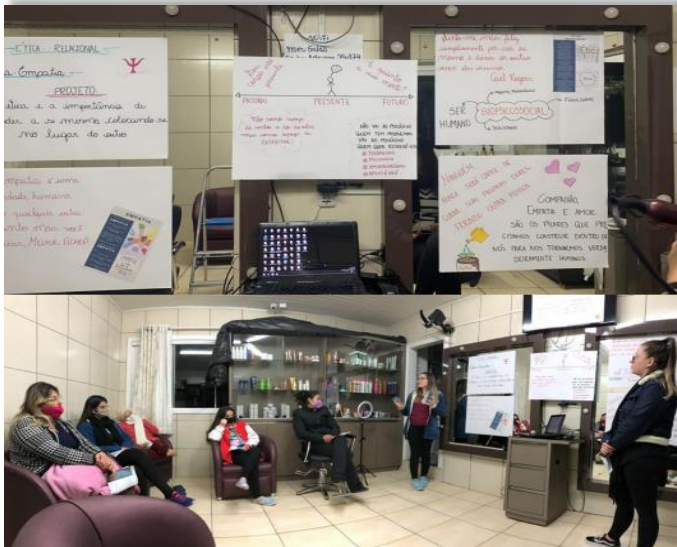
2 Passo: Logo após entregar os panfletos, foi realizada uma breve discussão sobre o assunto, com o objetivo de abranger o olhar empático no grupo.

3 Passo: Após a discussão, foi realizada a dinâmica das cores e sentimentos, na qual foi dado a cada mulher 9 tons de folhetos, que a cada tom expressa uma emoção e sentimento. Feito explicado que cada cor tem seu significado de emoção positiva ou negativa, por exemplo, se alguém escolher o tom preto expressando tristeza/raiva, outra pessoa pode ir e mostrar o amarelo que reflete felicidade/alegria, sendo assim o objetivo é de a pessoa entender aquele sentimento expressado e apresentando um lado bom com a emoção positiva.

4 Passo: Após essa dinâmica, em uma roda, foi reforçado o assunto retratado sobre a empatia e o poder de se por no lugar do outro, afim de entender o sentimento expressado pela cor.

4 RESULTADOS

Foi desenvolvido em um grupo de 5 mulheres o olhar empático através da dinâmica das cores. O resultado da dinâmica foi um sucesso, as mulheres adoraram, saíram contentes com a palestra, teve feedback positivo com reconhecimento do papel importante da empatia, teve muitos comentários de vivências, onde procuraram ajuda, foi desenvolvido a promoção da busca de terapia para ajudá-las.



REFERÊNCIAS

TRINDADE, F. M. O.; RASERA, E. F. Considerações sobre uma ética relacional. **Psico**. Porto Alegre, PUCRS, 2013, 130-138. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10863>. Acesso em: 30 ago. 2020.

TEIXEIRA, Leônia Cavalcante. Ética e Subjetividade: indagações em Habermas e Rorty. **Estudos da Psicologia**. Rio de Janeiro, 2003, 147-153. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/CxyrNZ6RZPQZYcZrhrcJyC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 de mar. 2003.

SAMPAIO, L.R.; CAMINO, C.P.S.; ROAZZI, A. Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. **Psicologia: ciência e profissão**. Petrolina/PE, 2009.

INFORMAR E DEMONSTRAR AOS COLABORADORES DA LOJA MARISA DE TUBARÃO UM MAIOR ENTENDIMENTO A RESPEITO DA IMPORTÂNCIA DA ÉTICA RELACIONAL NO AMBIENTE LABORAL

Mirian Gorete Ribeiro¹

Isabella Moreira de Freitas²

Luana Behling³

Luciana Villa⁴

Tainá Macieski Moraes⁵

1 INTRODUÇÃO

Conceitua-se ética como ‘ciência do comportamento moral dos homens, em sociedade’, sendo que, a perda dos valores morais afeta de forma direta a dignidade humana, que tem sua integridade abalada. (NALINI 2014, p.30, apud CAVALCANTE, 2018). Embora a ética esteja na moda, e todo mundo fale dela, ninguém chega realmente a acreditar que ela seja importante, e mesmo essencial para viver” (CORTINA 2003, p.18, apud GOERGEN, 2005).

Mas o que a ética tem de tão relevante que edifica e solidifica uma empresa? Segundo Passos (2007, apud Lima, Milan, Fernandes, Bagio, 2015, p.2), quando uma organização prioriza a ética, releva uma prática honesta, justa e democrática, atuando por princípios e não por conveniência. Essa forma de gestão gera sucesso e reconhecimento, contribuindo para o crescimento e estabilidade no mercado.

Já conforme Pereira, (2009, p.120, apud Dias, 2014) a ética como fator relacional nas organizações abarca as questões emergentes não só das tecnologias, do profissionalismo a nível de conhecimento

¹ Mestre em Psicologia, Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro universitário Univinte. E-mail: mirian@fucap.edu.br.

² Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: bellafreitas@icloud.com.

³ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: luana.betb@gmail.com.

⁴ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: luvillasc@hotmail.com.

⁵ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: tainamacieskii@gmail.com.

técnico e científico, os problemas do ambiente externo envolvente, mas também, e não menos importante, as relações entre as pessoas. Hoje em dia não chega saber fazer, é necessário saber ser, estar e saber. Quanto maior o porte da organização, maior é a complexidade e, tendo em vista a natural busca por diferenciação (tratamento individualizado) das partes distintas, como tentativa de redução da complexidade, o funcionamento dessas partes precisa ser integrado, para que o sistema inteiro seja viável (LAWRENCE; LORCH 1969, p. 6-7 apud BARROS, 2017).

Pode-se destacar muitos equívocos em relação a ética nas organizações, onde muitos colaboradores não sabem o que é certo e errado num ambiente laboral, afirmam Amblard, (1996, Etzioni, 1994; Moreira, 1999; Décio, 2002, apud Dias, 2014), quanto mais complexas são as organizações, mais difícil se torna a sua organização e mais afastadas são as relações, existindo uma maior necessidade de regras claras e objetivas.

Segundo Koh e Boo (2001, apud Penha, Rebouças, Sá, Parente, 2016, p. 307), enfatizam que a ética organizacional é um dos meios pelos quais os líderes 2 corporativos podem gerar atitudes favoráveis nos empregados e que os gestores devem estar cientes de que reforçar a satisfação no trabalho pode levar a um maior comprometimento organizacional, o que pode levar a um menor absentismo e turnover, como também a maior produtividade e lucratividade. Entretanto, o estudo da ética se faz necessário em todos os ambientes, em qualquer relação, mas neste trabalho será destacado a ética relacional no âmbito profissional.

Neste sentido, o objetivo dessa prática de extensão acadêmica foi informar aos colaboradores da Loja Marisa de Tubarão um maior entendimento a respeito da importância da ética relacional no ambiente laboral. Assim como, explanar a temática sobre ética relacional na relação de trabalho para os colaboradores, proporcionar uma vivência prática/ lúdica a respeito dos fundamentos da ética relacional, e, orientar os colaboradores das formas que podem ser adotadas para que se tenha uma postura ética.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONCEITO DE ÉTICA

Com o passar do tempo, os filósofos entenderam que a ética era parte integrante do pensamento filosófico, e cada um em sua respectiva época, buscou estabelecer concepções e princípios voltados a compreensão da ética e da moral. Em vista disso, fora possível assegurar que a ética possui grande importância em todas as relações, seja na sociedade ou no desempenho das profissões (NEVES, 2019). Segundo Bezerra (2019, p. 22), segue a definição da palavra ética:

Ética possui origem grega, derivada de *ethos*, que por sua vez diz respeito ao costume ou mesmo aos hábitos dos homens. Os estudos sobre o tema lidam com a compreensão das noções e dos princípios que sustentam as bases da moralidade social e da vida individual além de tratar-se de uma reflexão sobre o valor das ações sociais consideradas tanto no âmbito coletivo quanto no âmbito individual.

Cada grupo possui sua própria conduta ética norteada pelos princípios gerais para que haja um bom funcionamento. Sendo assim, pode-se citar a ética profissional, empresarial, educacional, esportiva, jornalística, política entre outros (RAMOS, 2021). Especificamente no ambiente de trabalho, a ética profissional é entendida como os valores e normas comportamentais a serem seguidos por todos dentro da empresa, visando relações saudáveis e respeitadas entre os colaboradores (RAMOS, 2021).

Contudo, Trindade e Rasera (2013) ressaltam que ao invés de se considerar a ética e seus respectivos impasses como algo previamente caracterizado e definido exteriormente, entende-se que estes são construções linguísticas feitas pelas pessoas em contextos relacionais específicos. Quanto a isso, Gergen (2006, apud Trindade e Rasera, 2013) propõe que o dilema ético nada mais é do que o que as pessoas em interação assim o chamam. Isto é, o dilema ético não existe em si, mas se dá a partir do encontro com o outro. Deparamo-nos, assim, com uma compreensão relacional, dialógica e colaborativa sobre ética que considera os sentidos locais construídos pelas pessoas em interação.

2.2 ÉTICA RELACIONAL NO TRABALHO

Embora o comportamento ético não conste no currículo, ele é reconhecido e associado à personalidade e identidade profissional, sendo o oposto também verdadeiro. Entretanto Campos (2012) cita algumas características fundamentais para que se tenha ética no trabalho: Seja honesto, honrado e digno em qualquer situação; Seja humilde, tolerante, flexível e disposto a ouvir críticas e sugestões; A privacidade do colega, do cliente e de todos os demais é inviolável.

Independentemente de questões de propriedade corporativa, mexer na mesa, gaveta, informações ou documentos alheios exige autorização (de norma ou da pessoa envolvida) em qualquer circunstância. Em ações e discussões internas, assuma sempre seus valores e princípios e as consequências dos atos a que eles conduzirem, mesmo que isso signifique ficar contra a maioria – mas jamais procure obstruir o direito de expressão e voto no posicionamento alheio. Fique longe de fofocas e comentários maldosos, mesmo que pareçam fazer parte da cultura do grupo. Muitas vezes, o simples fato de dar ouvido a elas pode ser suficiente para identificá-lo com o rótulo de fofoqueiro.

A relação hierárquica e de equipe não deve considerar amizades nem antipatias. O subordinado amigo deve ao seu chefe o mesmo tratamento que os demais, e o chefe amigo precisa cuidar para jamais privilegiar o subordinado que lhe é próximo. Da mesma forma, antipatias pessoais não têm espaço no ambiente profissional. Reserve-as para seu íntimo e procure oportunidades para superá-la.

No trabalho, trate o colega com o respeito comum, mantenha distância se possível, e não comente com outros a antipatia que sente. Sempre dê crédito a quem merece, sem jamais aceitar elogios ou recompensas pelo mérito alheio. Ao errar, reconheça, sem exageros. A atitude esperada é "não foi um erro intencional, vou providenciar para que não ocorra de novo e vou remediar o acontecido". Para concluir, os princípios éticos e os valores quando ajustados corroboram para que a decisão ética seja sempre a correta reduzindo os conflitos e facilitando a resolução dos problemas (CAMPOS, 2012).

3 MÉTODO

Para a efetivação da prática dessa extensão acadêmica, foi feito contato com a loja Marisa para verificar a possibilidade de concretização do mesmo. Em seguida ao aceite da citada instituição foi realizado um encontro de 1 (uma) hora com os colaboradores do primeiro e posteriormente do segundo turno. 1º momento: os colaboradores foram encaminhados até a sala de treinamento, no qual foi disponibilizado um computador e uma televisão para dar início as explicações. 2º momento: Foi explicado de maneira prática e teórica o conteúdo, e assim possibilitou uma melhor compreensão a respeito da ética nas relações. Foi feita uma troca de informação a respeito das características de uma conduta ética, os perfis existentes dentro de um grande grupo e suas potencialidades. Além disso, foi falado sobre o trabalho em equipe, a importância da empatia e para enaltecer a ética nas relações foi ressaltado a importância quanto a algumas questões nas esferas da comunicação, cooperação e competição. 3º momento: foi realizada a dinâmica do desenho as cegas tendo como objetivo demonstrar a importância de uma comunicação pessoal clara e eficaz. Além disso, os colaboradores puderam vivenciar como a questão ética em relação a empatia é delicada se não for tratada com a devida importância. A mecânica da dinâmica se deu através da divisão do grupo em duplas, sendo que cada dupla se sentou de costas para o seu parceiro. Um deles recebeu um cartão com um desenho simples, como uma estrela, um círculo ou um quadrado. Já o outro participante recebeu um papel em branco e uma caneta. O membro com o cartão precisou explicar ao colega como desenhar o que está nele, mas sem dizer de que forma se trata exatamente. 4º momento: foi entregue um guia de Bolso, com as principais características para se ter uma postura apropriada frente a ética nas relações. 5º momento: Ler e analisar juntamente com os colaboradores o guia de bolso. 6º momento: Momento de abertura para eventuais dúvidas que ainda possam haver.

4 RESULTADOS

Os estudos acerca do conhecimento mediado, ética relacional, lidam com a compreensão das noções e dos princípios que sustentam as bases da moralidade social e da vida individual além de tratar-se de uma reflexão sobre o valor das ações sociais consideradas tanto no âmbito coletivo quanto no âmbito individual. Por conseguinte, conseguimos com a execução do seguinte trabalho proporcionar uma experiência lúdica, dinâmica e pontual sobre ética relacional aos colaboradores das lojas Marisa de Tubarão, através dessa apresentação ficou evidente para os colaboradores qual a maneira correta de prosseguir em situações a qual a ética se faz necessária. Com essa vivência podemos observar a necessidade dessa mediação por parte dos funcionários, ademais ficou explícito que os mesmo ficaram gratos pelas dicas práticas de como ser ético no ambiente laboral.



REFERÊNCIAS

BARROS, Luís Alberto Monteiro. **Alinhamento estratégico**. Universidade de São Paulo, São Paulo: 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339566557_Alinhamento_Estrategico. Acesso em 24 de mai. 2021.

BEZERRA, Lara Suellen. **Relações interpessoais no trabalho e ética profissional**. Faculdades IDAAM. Manaus: 2019. Disponível em: <http://idaam.siteworks.com.br/jspui/bitstream/prefix/1117/1/RELA%C3%87%C3%95ES%20INTERPESSOAIS%20NO%20TRABALHO%20E%20C3%89TICA%20PROFISSIONAL%20-%20LARA%20SUELLEN%20BEZERRA%20LOPES.PDF>. Acesso em: 20 mai. 2021.

CAMPOS, Augusto. **O que é ética no trabalho guia rápido como 10 mandamentos essenciais**. Florianópolis: 2023. Disponível em: <https://efetividade.net/2012/04/o-que-e-etica-no-trabalho-guia-rapido-com-10-mandamentos-essenciais.html>. Acesso em: 22 mai. 2021.

CAVALCANTE, Marivânia Martins. **Ética nas relações de trabalho: os princípios éticos no âmbito profissional e empresarial**. Centro Universitário de Brasília. Brasília: 2018. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/12129/1/51403655.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021

CLOSS, Danieli. **Cultura organizacional: o que é, importância, tipos, exemplos e comunicação**. Rio de Janeiro: 2017. Disponível em: <https://endomarketing.tv/cultura-organizacional/>. Acesso em: 21 mai. 2021.

COUTINHO, Thiago. **Saiba como desenvolver o trabalho em equipe e como a empresa pode incentivar isso**. Juiz de Fora: 2020. Disponível em: <https://www.voitto.com.br/blog/artigo/trabalho-em-equipe-como-melhorar>. Acesso em: 20 mai. 2021.

DIAS, Maria Olívia. **Ética, organização e valores ético-morais em contexto organizacional**. Universidade Católica Portuguesa. Portugal, 2014. Disponível em: file:///C:/D/Etica_organizacao_e_valores_etico-morais_em_contex.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

FREIRE, Hugo. **Perfil comportamental**: descubra como identificar. ETALENT. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://etalent.com.br/artigos/identificar-perfilcomportamental>. Acesso em: 21 mai.2021.

GOERGEN, Pedro. **Educação e valores no mundo contemporâneo**. Centro de Estudos Educação e Sociedade – Cedes. Campinas: 2005. Disponível em: 20 <https://www.scielo.br/j/es/a/vhPdCHYxn6nxtdPQzkhVRRs/?lang=pt> Acesso em 24 mai. 2021.

HUBACK, Rodrigo. **Qual é a importância da empatia no ambiente de trabalho?** São Paulo: 2019. Disponível em: <https://www.ibnd.com.br/blog/qual-e-a-importancia-daempatia-no-ambiente-de-trabalho.html>. Acesso em: 22 mai. 2021.

LIMA, Vinicius Zanchet de, MILAN Gabriel Sperandio, FERNANDES, Antônio Jorge, Baggio Daniela. **A ética nas organizações**: uma análise dos artigos publicados na base dos dados scielo entre 2000 – 2015. XVI Mostra de iniciação científica, pós graduação, pesquisa e extensão Programa de pós graduação em administração – UCS. Caxias do Sul, 2016, p. 01-13. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/raimed/article/view/1708>. Acesso em: 20 mai. 2021.

MENDES, Guilherme. **Ética profissional**: entenda o conceito e suas 9 principais características. FM2S. São Paulo: 2021. Disponível em: <https://www.fm2s.com.br/eticaprofissional/#:~:text=Em%20resumo%2C%20a%20%C3%A9tica%20profissional,demais%20pessoas%20que%20o%20circundam>. Acesso em: 12 mai. 2021.

NEVES, Michele de Jesus. **Ética nas relações pessoais no ambiente de trabalho. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. São Paulo: 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/etica-nas-relacoes>. Acesso em: 12 mai. 2021.

PENHA, Emanuel Dheison dos Santos; REBOUÇAS, Silvia Maria Dias Pedro; ABREU, Monica Cavalcanti Sá; PARENTE, Tobis Coutinho. Percepção de responsabilidade social e satisfação no trabalho: um estudo em empresas brasileiras. **Rege - Revista de Gestão**. São Paulo, 2016, p. 306-315. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S1809227616306075?token=B32BA205F875867985186969B01736B00C28C749FFCC943519236F8811C65978FC682B78E7760E634E90D505AA3EF79C&originRegion=us-east-1&originCreation=20210523193313>. Acesso em: 20 mai. 2021.

PONCIO, Rafael José. **A comunicação no trabalho em equipe**. São Paulo: 2017. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-comunicacao-no-trabalho-emequipe>. Acesso em: 21 mai. 2021.

RAMOS, Jefferson Evandro Machado. **Ética**. São Paulo: 2020. Disponível em: https://www.suapesquisa.com/o_que_e/etica_conceito.htm. Acesso em: 21 mai. 2021.

TRINDADE, Flávia Miranda Oliveira; RASERA, Emerson Fernando. **Considerações sobre uma ética relacional**. Universidade Federal de Uberlândia, MG: 2013. Disponível em: [file:///C:/D:/Dialnet-ConsideracoesSobreUmaEticaRelacional-5631439%20\(1\).pdf](file:///C:/D:/Dialnet-ConsideracoesSobreUmaEticaRelacional-5631439%20(1).pdf). Acesso em: 12 mai. 2021

ÉTICA RELACIONAL EM AMBIENTE ESCOLAR

Mirian Gorete Ribeiro¹
Ana Paula Dutra de Souza²
Aghata Mendes³
Laisa Mariano da Costa⁴
Liliane Modolon Fernandes⁵

1 INTRODUÇÃO

O processo de educação moral do ser humano tem início no ambiente familiar e em segundo plano é dado no cenário escolar. Sendo assim, o presente trabalho tem a fundamentação teórica embasada no conceito de ética segundo autores e como esses desenvolvem esse princípio de acordo com a origem da palavra na fase do jovem no âmbito colegial.

Nessa direção, discute a importância da educação para o desenvolvimento de uma consciência ética, autônoma e livre, bem como a dimensão relacional e histórica do desenvolvimento ético-moral, salientando o estabelecimento de padrões implícitos e códigos explícitos que prescrevem, norteiam ou proíbem determinadas condutas tanto na vida do adolescente dentro do colégio quanto posteriormente na vida adulta fora do ambiente escolar e nas relações vividas em comunidade. Salienta os lados positivos da conduta ética em todo contexto e como a ausência dessa atitude pode causar danos psicológicos, físicos e morais.

Segundo esse raciocínio, a atividade desenvolvida tem como objetivo promover a consciência de atos e consequências aos jovens, visando diálogo e uma postura empática e reflexiva com o próximo, de

¹ Mestre em Psicologia, Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: mirian@fucap.edu.br.

² Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: anaadutra139@gmail.com.

³ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: aghatamendss@outlook.com.

⁴ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. lalinhamarianocosta@gmail.com.

⁵ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: liliane.modolon@hotmail.com.

modo que melhore e relação interpessoal em grupo tanto entre colegas como também entre outros membros da sociedade que o aluno tiver contato, fortalecendo uma construção do ser ético como um todo, cultivando e apropriando-se de valores individuais. Neste sentido o objetivo desta prática de extensão acadêmica foi possibilitar a construção da ética relacional no meio escolar para alunos de 1º e 2º ano do ensino médio da Escola Estadual Professora Levinda Alves da Silva, além de identificar os conceitos da origem da palavra ética e como é aplicada na relação do ambiente escolar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A palavra ética vem do grego *ethos*, que significa o modo de ser, o caráter. A Ética é fundamental para a vida em harmonia (Aristóteles, 2007, séc. IV a.C.). E a palavra relacional consiste em qualquer relação. Portanto, compreende-se que as éticas relacionais serão adquiridas dentro de um contexto permanente de se relacionar. Sendo indispensáveis para o progresso e equilíbrio social e devem ser estimuladas no ambiente escolar. Desse modo, avalia-se que para se pensar moralmente os próprios interesses deve-se estender para os interesses alheios (FERRER E ÁLVAREZ, 2005).

O ambiente escolar é um campo social como qualquer outro e não está imune dos impasses decorrentes do caos moral que gera a ausência de ética. Logo, interagir com o exercício dos valores éticos que promovem as bases educativas no ambiente escolar vai muito além do conhecimento sobre a realidade. Como afirmar Nash (1968, p. 40) "consiste em mostrar-se ao estudante que ele tem liberdade não só para ler, ou ouvir, ou observar, mas também para abster-se de ler, ouvir ou observar", ou seja, é um meio de direcionar as virtudes para conseguir um comportamento ético. "A ética é um eterno pensar, refletir, construir. E, na escola, sua presença deve contribuir para que os alunos possam tomar parte nessa construção, serem livres e autônomos para pensar e julgar, para problematizar constantemente o viver pessoal e coletivo, fazendo o exercício da cidadania" (BRASIL, 1998, p. 24).

Os estudantes carecem aprender que as virtudes são essenciais para obter a autonomia e desenvolver o caráter, como retrata Cardoso

(2019). É necessário para isso, que haja vontade para se fazer uma escolha e é preciso ter prudência, conforme destaca Aristóteles (2007, séc. IV a.C.), para então ser capaz de controlar as variáveis antes de agir. Salienta-se também que o conhecimento ético não se restringe apenas ao meio escolar como destaca Souza:

Ética é um conjunto de princípios e valores que guiam e orientam as relações humanas. Esses princípios devem ter características universais, precisam ser válidos para todas as pessoas e para sempre. Acho que essa é a definição mais simples: um conjunto de valores, de princípios universais, que regem as relações das pessoas. O primeiro código de ética de que se tem notícia, principalmente para quem possui formação cristã, são os dez mandamentos. Regras como “não matar”, “não roubar”, são apresentadas como propostas fundadoras da civilização cristã ocidental. (Souza, 1994, p. 13).

Ademais podemos dizer que através do diálogo se consegue trabalhar as relações escolares de forma a reduzir os conflitos que ameaçam a desordem moral, "com mais educação, o homem torna-se mais consciente do valor da liberdade de discussão e, por isso, começa a valorizá-la ainda mais" (Nash, 1968, p. 91), percebe-se a importância da comunicação para alcançar os princípios morais. O diálogo envolve todas as pessoas e quanto maior a identificação com uma causa, mais se tem a responsabilidade para a contribuição efetiva. Ao entender os pilares que regem as relações harmoniosas o indivíduo ético passa a medir as suas vontades colaborando para o equilíbrio social.

Se com a ética constituímos um grupo com relações harmoniosas é evidente que sem ela possuímos desequilíbrios sociais, essa quebra pode ser vista de forma abstrata ao ser muito ampla, mas Krug define como: Uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (DAHLBERG, 2002, P. 5).

Naturalmente não tem como argumentar as atitudes das ações citadas anteriormente, pois, apesar da tentativa de encontrar justificativas para ações violentas, estas são inadmissíveis, pois atingem diretamente o bem mais precioso existente: a pessoa humana

(von Hildebrand, 1972) e conseqüentemente as relações éticas. Reforçando esse parecer Maritain (1966, p. 38) "primeira finalidade da educação é a conquista da liberdade interior", isto é, tendo discernimento sobre fundamentos dos valores éticos o indivíduo saberá até onde vai sua liberdade, respeitando os sujeitos que estão a sua volta e cooperando para o bem a sua volta, dada assim tal importância para o diálogo da ética em um contexto de sapiência. Reforça Marques:

A aprendizagem é construção coletiva assumida por grupos específicos na dinâmica mais ampla da sociedade, que, por sua vez, se constrói a partir das aprendizagens individuais e grupais. As fases de aprendizagem individual, detalhadamente descritas pela psico e sócio-gênese, tanto no nível cognitivo (como em Piaget e em Wygotski), quanto no nível moral (como em Kohlberg) se relacionam determinadas pelas etapas da aprendizagem por parte da ampla sociedade. Numa nova educação que se coloque no e desde o mundo da vida, direcionada para as aprendizagens relevantes e efetivas, que s ó elas contam, a aprendizagem coletiva da humanidade pelos homens se torna pressuposto fundante do que a prender, do quando e como. (MARQUES, 1993, p. 109).

Portanto, é nosso propósito acadêmico de acordo com Maritain (1966, p. 29) "ajudar e guiar a criança à sua realização humana". É possível ensinar moralmente (Sucupira Lins, Souza, 2018), para agir bem.

3 MÉTODO

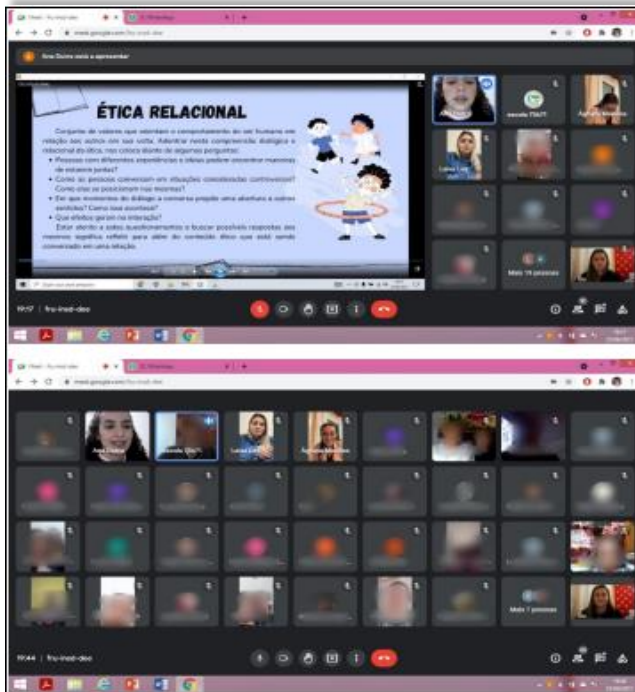
A extensão foi realizada com o número de 43 participantes, de forma remota por conta da pandemia e da dificuldade de locomoção devido à grande distância entre a escola participante e ao grupo idealizador do projeto. A extensão contribuiu aos alunos da Escola Estadual Professora Levinda Alves da Silva o conhecimento e a dinamização do assunto da ética relacional, para a partir do entendimento do tema conseguirem aplicarem o aprendizado no cotidiano, contribuindo para um ambiente mais harmônico e de boa convivência. Voltado aos alunos do 1º e 2º Ano do Ensino Médio foi apropriado o sentido da origem da palavra ética e de como ela surgiu, posteriormente, o assunto abordado foi a ética relacional, mais

especificamente, para assim ser trabalhado todo o contexto que ela pode ser inserida. Em seguida, o assunto foi desenvolvido através de slides com informações e imagens para agregar de forma positiva a apresentação. O projeto aconteceu não somente por slides, mas também por dinâmicas interativas. Ao final da apresentação foi disponibilizado um momento para os alunos interagirem com dúvidas que poderiam ter emergido ao longo de todo o trabalho. Quando as dúvidas se tornaram inexistentes, foi concluída a extensão e o dever de agregar conhecimento sobre a ética relacional em ambiente escolar aos alunos presentes no momento. Não foi necessário de investimento econômico em nenhum momento, pois, todo o trabalho foi preparado e alinhado através da internet. As videoconferências feitas entre as participantes, os materiais utilizados para a realização dos slides e dinâmicas foram todos de forma gratuita. A extensão também não necessitou de nenhum custeamento, visto que foi realizada por plataforma de videoconferência de forma gratuita também.

4 RESULTADOS

Em um último momento antes da realização da extensão a diretora da escola sugeriu que gostaria também de enviar o convite para a participação do projeto para os alunos do 3º ano do Ensino Médio, pois acreditava que iria agregar conhecimento também aos mesmos, foi autorizado pelo grupo idealizador do projeto. Durante a realização da extensão houve muito pouca interação entre as participantes idealizadoras do projeto e todo o grupo de pessoas que participava do encontro remoto, mas, quando era questionado se estava ficando alguma dúvida ou se alguém gostaria de realizar alguma pergunta a resposta era de que tudo estava bem explicado. Realizamos todo o projeto como previsto, ressaltando em evidência como a ética relacional é inserida no ambiente escolar. Ao concluir a apresentação, foi feito o agradecimento a escola, aos alunos e a todas as pessoas presentes por terem aceitado participar do projeto. Neste momento, foi comunicado a equipe realizadora do projeto que não havia apenas alunos do Ensino Médio presentes, mas que a diretora gostou e viu tanta importância na extensão que encaminhou o convite da reunião também a todos os professores que atuam na escola, aos pais de

alunos da escola e para tantas outras pessoas que poderiam absorver o conhecimento que seria repassado.



REFERÊNCIAS

TRINDADE, F. M. O.; RASERA, E. F. Considerações sobre uma ética relacional. **Psico**. Porto Alegre, PUCRS, 2013, 130-138. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10863>. Acesso em: 30 ago. 2020.

POR UMA ÉTICA RELACIONAL VOLTADA PARA UMA VIVENCIA COTIDIANA

Mirian Gorete Ribeiro¹

Kely Andrade de Moraes²

Tais Katusci Silva de Almeida³

1 INTRODUÇÃO

Adotar uma visão relacional, que enfatize a construção de si mesmo e do mundo numa ação conjunta, significa compreender a ética como algo que é criado e recriado nas negociações de sentido sustentadas em uma relação (Grandesso, 2000). Ao notar que a ética é uma questão importante atualmente, (Spink, 2000) endossa a crítica a respeito dos discursos prescritivos por acreditar que estes se fundamentam em uma moralidade contratual que impõe a priori o que seria ser ético e, assim, acabam limitando as diferentes possibilidades de compreensão e construção dessa temática em um contexto microssocial.

Por meio destes apontamentos, este mesmo trabalho não intenta menosprezar os códigos, entendidos neste caso como instrumentos importantes para a garantia de direitos das pessoas. Mas, propõe o fortalecimento de uma ética dialógica que seja pautada pelos sentidos dados pelos indivíduos em relação à situação vivida por eles. Portanto, ao invés de se considerar a ética e seus respectivos impasses, como algo previamente caracterizado e definido exteriormente, entende-se que estes são construções linguísticas, feitas pelas pessoas em contextos relacionais específicos.

Quanto a isso, Gergen (2006) propõe que o dilema ético nada mais é do que o que as pessoas em interação assim o chamam. Isto é, o dilema ético não existe em si, mas se dá a partir do encontro com o outro. Deparamo-nos, assim, com uma compreensão relacional,

¹ Mestre em Psicologia, Professora e Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: mirian@fucap.edu.br.

² Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: kelydemoraes@gmail.com.

³ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: taiskuta02@gmail.com.

dialógica e colaborativa sobre ética que considera os sentidos locais construídos pelas pessoas em interação. Este trabalho tem por finalidade levar ao público alvo entendimento ético e moral priorizando o devido respeito a cada subjetividade, na busca elaborada de encontrar condições adequadas para a resolução dos diversos problemas. Sendo assim, o objetivo dessa prática de extensão acadêmica foi apresentar as 15 famílias moradoras do Condomínio Residencial Zilda, a importância de uma vivência ética relacional priorizando os cuidados com meio ambiente através da coleta seletiva do lixo. Assim como, propor uma maneira coerente e consciente relacionado ao descarte do lixo de forma racional, e, incentivar a elaboração criativa de uma coleta seletiva possibilitando trabalho digno dos catadores de lixo em prol do meio ambiente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A ética relacional convida-nos a mudar do foco argumentativo abstrato para o domínio da prática. As éticas relacionais são essencialmente alcançadas dentro de um processo contínuo de se relacionar. Entende-se que as profissões terapêuticas estão em uma posição excelente para criar tais práticas. Na sociedade contemporânea, “ética” é um termo muito difundido, bastante utilizado no vocabulário diário e, muitas vezes, com concepções distintas. Ao longo do tempo, as descrições sobre ética disponíveis socialmente foram ganhando diferentes sentidos, desde elaborações mais abstratas e filosóficas até aquelas mais pragmáticas que se estabelecem em Códigos de Ética Profissionais.

A busca de definições sobre o certo e o errado, o bom e o mau, a investigação sobre qual poderia ser a melhor conduta em determinada situação, bem como a tentativa de encontrar respostas para questões dilemáticas do cotidiano, são anseios que, recorrentemente, têm ocupado as pessoas em suas atividades diárias (ALONSO, 2002; VELASQUEZ 1997).

A transição entre a modernidade e a pós modernidade e as mudanças de posturas, estilo de vida, concepções de mundo e de sujeito que vão se configurando nestes diferentes tempos, ajudam-nos a entender como a palavra ética foi sendo significada na história.

Segundo Bauman (1997), a compreensão da ética como a discriminação entre o “certo/adequado” e o “errado/inadequado” foi fruto da Idade Moderna, na qual se acreditava ser possível produzir regras éticas nítidas, exaustivas, universais e não-ambíguas.

Esta descrição de ética está também associada à concepção moderna de homem, a qual pode ser apresentada segundo duas asserções – mutuamente contraditórias, mas ambas com uma convicção essencialista. A primeira, considera o homem como essencialmente bom e, por isso, apenas precisaria de uma ajuda para agir segundo sua própria natureza. Já, a segunda, se refere a uma essência humana má que exige da sociedade uma forma de prevenir os homens de agir segundo os próprios impulsos. Diante desta suposta “natureza” do Homem, faz-se urgente a designação de pessoas para serem legisladores éticos de uma sociedade necessitada de ajuda. O papel de guardião das nações que, na Idade Média, cabia aos clérigos, com o advento do tempo moderno passa a ser função de filósofos, os quais devem iluminar a sociedade por meio de normas de conduta ético-legais, socialmente endossadas (BAUMAN, 1997).

De forma semelhante, Gergen (1997) mostra que é possível identificar dois discursos sociais sobre ética: o discurso romântico e o moderno. O primeiro é caracterizado pela valorização de um “interior profundo”, de uma capacidade criativa e de poderes de inspiração que fariam o homem capaz de discernir sobre questões valorativas que perpassam as ações humanas. Porém, esta natureza de um ser tomado por paixões e impulsos, precisaria ser domada na vida em sociedade. O segundo também sustenta uma concepção essencialista e universal de homem, e destaca que este é dotado de uma racionalidade fundamental, que se bem dirigida e apoiada por aqueles que fazem uso do seu “melhor juízo”, lhe permitiria discernir o certo e o errado.

Entender a ética dessa maneira acaba gerando receitas simples para dilemas supostamente experimentados universalmente, além de modelos teóricos abstratos que acabam sendo pouco úteis para a tomada de decisões diárias na sociedade. Logo, a problematização das consequências pragmáticas destes discursos morais nos mostra que não há como garantir a geração de uma “sociedade moral”, pois o compromisso com princípios morais, não leva necessariamente a

efetivação de uma sociedade ética (Gergen, 1997). Pelo contrário, acaba por fomentar posturas hostis e de competitividade em relação ao outro a fim da busca de uma superioridade moral. Deste modo, os questionamentos éticos não se encerram com a imposição de princípios abstratos e/ou normas éticas.

A própria modernidade vai mostrando a impossibilidade e vaidade de sua esperança, em encontrar uma ética que proponha soluções definitivas para dilemas vivenciados. A despeito desta ilusão moderna, a novidade pós-moderna para se pensar a ética não está voltada ao abandono de conceitos morais característicos da modernidade (direitos humanos, justiça social, bem-estar individual e coletivo), mas à rejeição de modos modernos de tratar os problemas morais os quais buscam que as contradições sejam superadas e os conflitos claramente resolvidos rumo à certeza e ao progresso (BAUMAN, 1997).

Portanto, nesta conjuntura social e histórica que vai se configurando, as descrições éticas modernas, não perdem a sua validade, elas apenas precisam ser vistas e tratadas de maneira nova, na qual a ambivalência, a incerteza, instabilidade, incoerência e fluidez vão ganhando espaço e vez. Privilegia-se, assim, o entendimento de que o que quer que se elabore como descrições éticas não passam de construções temporárias, arbitrárias e locais. Diante da constatação de uma impossibilidade em encontrar perspectivas éticas universais e definitivas, que proponham soluções decisivas para os mais diversos dilemas vivenciados, pode-se refletir sobre uma perspectiva relacional da ética como uma proposta 8 tanto crítica como prática. Trata-se de uma tentativa de contribuir para o desenvolvimento de um entendimento relacional da ética, ou seja, como um processo concreto e dialógico que fomente uma postura curiosa, compreensiva e inclusiva, e por meio da qual resultados satisfatórios podem ser obtidos pelas pessoas em interação.

3 MÉTODO

Foi realizada uma apresentação para 20 pessoas, moradoras do Condomínio Residencial Zilda, localizado em Laguna SC. 1º) Reunimos o público alvo no local reservado para reuniões no próprio condomínio

respeitando as normas sanitárias apropriadas para o covid 19; 2º) Proporcionamos ao público alvo uma interação dialógica com foco em resgatar o olhar dos condôminos para coleta seletiva; 3º) Incentivamos a elaboração criativa através da exposição de materiais reciclados com foco de melhoria ao local de moradia; 4º) Foi explicada a Dinâmica a ser realizada no Datashow relacionada ao respeito e subjetividade; 5º) Buscou-se trazer um olhar humanizado sobre as famílias que vivem da coleta seletiva; 6º) Dinâmica do lixo: ficaram disponíveis sacos com material reciclado (tudo misturado) e sacos com os reciclados separados (da forma certa para coleta pelos catadores). Os participantes foram convidados para fazer a separação destes, e marcar o tempo da dinâmica. (Com objetivo de sensibilizar com um simples ato a separação antes do descarte, podendo facilitar o trabalho de quem necessita sobreviver da mesma; 7º) Foi proposto um momento de debate entre os participantes; 8º) Finalização e interação presenteando os convidados com uma planta cultivada em recipiente reciclado e com adubo orgânico. Afirmando a importância da reciclagem por meios éticos, sensibilizando sobre os cuidados com o Meio Ambiente.

4 RESULTADOS

Obtivemos a atenção de mais de 15 famílias durante a apresentação do trabalho, bem como a cooperação e sensibilização dos mesmos com as causas relacionadas a vivência cotidiana e o meio ambiente. Orientamos os participantes a como fazer o descarte correto de resíduos. Executamos uma dinâmica para apresentar diferentes formas de se reutilizar materiais considerados “lixo” e conscientizamos os presentes sobre as maneiras corretas de descarte, com foco em facilitar a vida de catadores de lixo autônomos e instituições de reciclagem.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, A.N.; MORATTO, H.T.P. Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. **Estudos de Psicologia**, 9(2), 345-353, 2004.

ALONSO, F.R. Revisitando os fundamentos da ética. In J.A.A. Coimbra **Fronteiras da ética** (pp. 75-119). São Paulo: SENAC, 2002.

ÁLVAREZ, J.C.; TRUEBA, J.L. La influencia de La voluntad em la moralidad de acciones y omisiones. *In*: J. Sarabia. **La Bioética, horizonte de posibilidades**. Madri: Asociación de Bioética Fundamental y Clínica, 2000.

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BEAUCHAMP, T.L.; CHILDRESS, J.F. **Principles of Biomedical Ethics**. Nova York: Oxford University Press, 1979.

BECKER, C.; CHASIN, L.; CHASIN R.; HERZIG, M.; ROTH, S. Do debate estagnado a uma nova conversação sobre questões controversas: um relato do projeto de conversação pública *In*: D. F. Schnitman & S. Littlejohn (org.). **Novos paradigmas em mediação**. Porto Alegre: ArtMed, 1999.

FERRER, J.J.; ÁLVAREZ, J.C. **Para fundamentar a bioética**: teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea. São Paulo: Edições Loyola. 2005.

GERGEN, K.J. **Realities and relationships**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

GERGEN, K.J. **An invitation to social construction**. Londres: SAGE, 1999.

GERGEN, K.J. Posmodernismo, yo relacional e mais além. *In*: K.J. Gergen. **Construir la realidade**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

GOOLISHIAN, H.A.; ANDERSON, H. Narrativa e self: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. *In*: D. Schinitman (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Arte Médicas, 2005.

GRACIA, T.I. O giro lingüístico. *In*: L. Iñiguez. **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis: Vozes. 2004.

GRANDESSO, M. **Sobre a reconstrução do significado**: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

MCNAMEE, S., GERGEN, K.J. **Relational responsibility**: resources for sustainable dialogue. Thousand Oaks: Sage, 1999.

PELLEGRIN, Thomasma. **The christian virtues in medical practice**. Washington: University Press, 1999.

SHOTTER, J. Acknowledging unique others: ethics, “expressive realism” and social constructionism. **Journal of Constructivist Psychology**, 18(2), 2005. p. 103-130.

Singer, P. **Practical ethics**. Cambridge: University Press. 1995.

SPINK, M.J. A Ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica. **Psico**, 31(1), 2000. p. 7-22.

STRONG, T.; SUTHERLAND, O. Conversational ethics in psychological dialogues: discursive and collaborative considerations. **Canadian Psychology/Psychologie Canadienne**, 48(2), 2007. p. 94-105.

VÁSQUEZ, A. S. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

WEINGARTEN, K. A consideration of intimate and nonintimate interactions in therapy. **Family Process**, 31, 45-59. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ – Processo n. 306316/2009-9) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES), 1992.

CAPÍTULO III

Este capítulo retrata as atividades de Extensão Acadêmica realizadas na disciplina de Psicologia Deficiência e Inclusão: Extensão III, sob a supervisão da Professora Jurema de Andrade Bressan, no período de maio a julho de 2021.1, no período de outubro a dezembro de 2021.2. O objetivo das práticas aqui relatadas foi colocar o aluno matriculado na referida disciplina em contato com um recorte do fazer psicológico, assim como, levar orientações e ensinamentos para um público alvo de escolha do aluno sobre as implicações entre psicologia, deficiência e inclusão.

OS BENEFÍCIOS DA MÚSICA NO PROCESSO DE BEM ESTAR E DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Jurema de Andrade Bressan¹
 Jurandir de Sousa Corrêa Júnior²
 Willian Gazola Zeferino³

1 INTRODUÇÃO

A música é tão antiga quanto a humanidade, bem como seus efeitos sobre a *psique* humana. Ela é uma forma de linguagem não verbal com grandes potenciais integrativos, comunicativos e de promoção de saúde biopsicossocial do ser humano. Ao longo da história, a música tem sido usada para diversos fins, dentre eles, o uso musicoterapêutico, que se destaca por seus benefícios nos processos de habilitação e reabilitação da psicomotricidade humana.

Portanto, tendo em vista que esta prática ainda é desconhecida por parte de muitos indivíduos e, que sua difusão é de grande relevância para distintos contextos existenciais (dentre eles, o da pessoa com deficiência), visando-se, também, o colhimento de resultados promissores no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, tal proposta teve como principal objetivo, promover a importância da Música como prática integrativa nos processos de inclusão e promoção de saúde da pessoa com deficiência, no contexto de atuação da Organização Musical de uma Escola de Música na cidade de Laguna – SC.

Em suma, a aplicabilidade deste projeto se pautou no intuito de viabilizar ao público alvo a capacidade de reflexão no tocante ao referido contexto, como forma de se estimular a compreensão da importância da Música como prática integrativa nos processos de inclusão e promoção de saúde; abrindo-se portas, com isto, para uma possível e salutar ampliação da práxis musical da aludida instituição, no

¹ Mestre em Ciências da Saúde. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: prof.jurema@fucap.edu.br

² Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: juradosax@gmail.com.

³ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: williamgzefefino@hotmail.com.

viés de pôr em execução as potencialidades curativas e estéticas da música, a serviço do bem-estar e desenvolvimento das pessoas com deficiência.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A música é prática exclusivamente humana, por vez que é resultado da capacidade de ordenar sons dando-lhes sentidos. É, por efeito, algo inerente e inseparável do homem, e, de forma alguma, o mesmo se encontra livre do poder de ação da música, que tem como objetivo retratar a experiência humana, no desejo de romper com o presente, e exteriorizar sua ânsia de transcendência.

De acordo com Rocha e Boggio, (2013), a música, junto à linguagem, é um dos traços exclusivos dos seres humanos. Apesar da existência do canto dos pássaros e alguns tipos de comunicação entre primatas e baleias, por exemplo, nenhuma outra espécie possui esses dois domínios organizados da maneira como são nos seres humanos.

Pode-se dizer que a música, desde seu surgimento, em essência, é uma linguagem não verbal que possibilita comunicar emoções e ideias entre os seres humanos. Assim sendo, é possível verificar no tempo e no espaço, o entrelace existente música/linguagem, e o surgimento de prováveis questões filosóficas atreladas ao contexto da música como linguagem.

Através do poder de comunicar emoções entre os seres humanos, a música possui, com efeito, potencialidades de cura. Desse modo, alguns textos antigos, como os da Bíblia, podem ilustrar o uso da música como fins terapêuticos. Como por exemplo, no estado de tristeza do Rei Saul⁴ que, ao ouvir canções dedilhadas ao som da harpa pelo jovem Davi, alcançava um certo estado de equilíbrio e cura para a alma. Ademais, na Grécia antiga, Pitágoras, Sócrates, Platão e Aristóteles retratavam em suas obras a influência da música no Mundo Grego. Logo, “a música restaurava a harmonia tanto por refletir os números do macrocosmo (Pitágoras – ou o ‘efeito alopático’⁵) quanto

⁴ I Samuel cap. 16 v. 14 a 23.

⁵ Alopátia – medicina tradicional fundamentada no princípio dos contrários. Ou seja, uma corrente terapêutica que objetiva a cura de doenças por intermédio de remédios que atuem contra os respectivos sintomas patológicos.

por purificar o corpo através de atividade catártica (Aristóteles e o ‘efeito isopático’)” (RUUD, 1990, p. 16).

Entretanto, somente após a Segunda Guerra Mundial, a prática de musicoterapia foi intensificada como elemento fundamental num processo terapêutico. Por conseguinte, “a prática musicoterápica, já por princípios do século XX ‘não [era] um método novo’, mas sim uma redescoberta das utilizações terapêuticas da música” (MOURÃO, 1996, apud FREDERICO 1999 p. 22). Tal redescoberta foi profundamente importante para os veteranos da Segunda Guerra Mundial, que encontraram nos Estados Unidos da América, um promissor campo de recomeço para o uso da musicoterapia.

Vale salientar que, nas últimas décadas, o uso da música com fins educacionais vem ganhando espaço. Inúmeros trabalhos com pessoas com deficiência vêm sendo realizados e, no ano de 2016, o programa de extensão “Música na APAE”, na cidade de São João Del-Rei, que iniciou suas atividades com dois bolsistas, apresenta resultados positivos (VIEGAS; DA SILVA, 2019). Para as pessoas com deficiência Intelectual (DI), pôde ser constatado, através de resultados dos estudos da neurociência atual que a música tem o poder de ativar diversas áreas do cérebro. “A atividade musical mobiliza quase todas as regiões do cérebro de que temos conhecimento, além de quase todos os subsistemas neurais” (LEVITIN, 2010, p.100). Sendo assim, este contexto possivelmente indica que a eficácia do caminho indireto, no dizer de Vygotsky, pode ser alcançada pela prática da música como ferramenta de promoção de saúde.

Em última análise, a música pode ser considerada elemento fundamental nas políticas de promoção de saúde. Afinal, seu uso permite revelar o quanto esta poderosa forma de linguagem pode contribuir beneficentemente em processos de habilitação e reabilitação da vida humana.

3 METODO

Em linhas gerais, a execução desta proposta aconteceu sob a forma de palestra com conteúdo informativo e explicativo sobre as potencialidades da música, principalmente no que diz respeito às suas possibilidades curativas e terapêuticas, bem como de inclusão social. A

apresentação se deu de forma, expositiva e dialogada com o público alvo, buscando-se interlocução que desperte conscientização e surgimento de novas ideias quanto a temática a ser apresentada. Além disso, o conteúdo foi composto de fundamentos diversos e históricos sobre música, musicoterapia, psicologia e inclusão.

O projeto foi desenvolvido durante o semestre de 2021/A durante o mês de abril a junho do mesmo ano. O primeiro contato (convite) à Instituição alvo (participante) se deu por intermédio de diálogo com a diretoria para apresentar e estabelecer a temática, bem como os moldes de apresentação da mesma no respectivo evento que ocorreu em um encontro previamente agendado no mês de junho de 2021, em que participara os 20 participantes com todo cuidado de distanciamento e higiene que o momento ainda exigia. O conteúdo foi exposto para todos refletirem sobre a questão abordada. Portanto, o público alvo foi ator coadjuvante no sentido de colaborar com a execução da proposta, articulando com os apresentadores uma ambiência rica e gratificante de troca de experiências e informações, contemplando, assim, a interface: música, psicologia e sociedade.

4 RESULTADOS

A atividade extensionista realizada, com efeito, abrangeu integrantes da referida organização, bem como cidadãos lagunenses através das redes sociais, como o Instagram. A partir desta atividade difusora da temática em questão, aos participantes, alcançou-se o principal objetivo da ação que foi promover a importância da Música como prática integrativa nos processos de inclusão e promoção de saúde da pessoa com deficiência, no contexto de atuação da Organização Musical da cidade de Laguna – SC. Quanto aos dados de encerramento, o diretor, assim como os participantes agradeceram pela palestra de forma motivada, demonstrando interesse em pôr em prática as ideias propostas pelos aplicadores do projeto. Logo após, a banda deu continuidade ao ensaio musical.

Quanto aos alunos envolvidos no projeto, o espírito de equipe teve livre curso, colaborando nas atividades fundamentadas em parceria. Com efeito, o ser humano, “demasiadamente humano”, sempre tende a melhorar sua trajetória. Evolução continuada. Esta,

com certeza, é nossa meta! Quanto ao público alvo, foram colaborativos, atenciosos e condescendentes às reflexões levantadas. Afinal, que outros projetos se coloquem em nossos caminhos como verdadeiros desafios para que possamos continuar envolvendo pessoas com uma atmosfera de conscientização e reflexão, viabilizando conhecimentos e recursos que possibilitem fundamentar e nortear uma provável e inovadora práxis no fazer. No caso, aqui, ao fazer musical da Organização que contemple a Música não somente como valor estético, mas, também, como valor terapêutico e integrativo com potenciais de promover o bem-estar e desenvolvimento de distintas esferas sociais e pessoais também das pessoas com deficiência.



REFERÊNCIAS

ROCHA, V. C.; BOGGIO, P. S. A música por uma óptica neurocientífica. **Per Musi**, Belo Horizonte, n. 27, 2013, p. 132-140.

RUUD, E. **Caminhos da musicoterapia**. S. Paulo, Summus, 1990.

FREDERICO, Edson. **Música: breve história**. São Paulo: Irmãos Vitale, 1999.

VIEGAS, M. A. R.; RAFAEL, Jean Carlos; SILVA, Milena Andrade da. **Música na APAE**: corporeidade, afeto e sensibilização por meio da música. 5º Nas Nuvens... Congresso de Música – de 01 a 08 de dezembro de 2019, p. 1-10.

LEVITIN, Daniel J. **A música no seu cérebro**: a ciência de uma obsessão humana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CUIDAR DE QUEM CUIDA: CUIDADORES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Jurema de Andrade Bressan¹
Clóvis Damasceno Paz²
Fabiola de Souza Medeiros Castro³
Gisele Martins Pereira de Carvalho⁴
Kerlly de Oliveira⁵
Sheyla Elias Joaquim de Souza⁶

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tratou da importância de Cuidar de quem Cuida de Deficientes, sendo que esse desempenha um grande papel na sociedade, visto que auxilia essas pessoas a melhorarem sua qualidade de vida. Essa pessoa profissional ou familiar, tem empatia e amor ao próximo, muitas vezes, não mede esforços para ajudá-lo. Entretanto, diante dessa realidade, também está o desafio na relação desse trabalho com os danos a sua própria saúde.

Observando suas lutas diárias, dificuldades, cansaço, estresse e responsabilidades, que acarretam em uma sobrecarga física e emocional, comprova-se que o ato de cuidar pode levar os cuidadores ao adoecimento. Enquanto acadêmicos em Psicologia, esse trabalho se faz necessário a fim de expor resultados à busca por estratégias para se Cuidar de Quem Cuida, facilitando seu trabalho ao proporcionar técnicas de ações preventivas, como a importância da prática de exercícios físicos, meditação, do lazer, para a qualidade de vida do cuidador.

¹ Mestre em Ciências da Saúde. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: prof.jurema@fucap.edu.br

² Acadêmico do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: clovisdepaz@hotmail.com.

³ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: fabiolamedeiros917@gmail.com.

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: giselemp.tb@hotmail.com.

⁵ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: kerlly111@gmail.com.

⁶ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: sheylades@gmail.com.

Nesse sentido, o projeto de extensão realizado pelo grupo visou identificar, expor e discutir a importância do cuidado que deve ser prestado à pessoa que cuida da pessoa com deficiência, a valorização e o acolhimento do cuidador, para que o ato de cuidar traga prazer e seja feito de forma saudável para o cuidador e o assistido, alcançando os objetivos dados a este cuidar. Promovemos uma importante reflexão sobre o tema Deficiência e Inclusão, para toda a sociedade, sendo que o mesmo se faz presente à realidade de todos; não tratando do tema como esclarecimento e conscientização findos, mas como uma provocação a novos estudos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando o que diz Faria (2021, p. 26) ao classificar um cuidador como um profissional que possui uma “proximidade física e afetiva” de um paciente, estudar esta atividade requer mais do que aspectos do como fazer, procedimentos e protocolos, requer uma visão integrada.

De fato, os problemas de saúde de quem atua no cuidado da pessoa com deficiência possui uma origem emocional por um lado e também um viés físico por outro lado, quando do esforço ao auxiliar na locomoção do assistido, por exemplo, entre outros.

Diz Faria que “O cuidador também deve contar com o suporte das equipes de saúde, que, por sua vez, precisam estar atentas para as dificuldades, ouvir suas queixas, atender às suas demandas em saúde, incentivar a substituição de cuidadores e rever o processo de cuidado conforme sua condição”. (FARIA, 2021, p. 28)

Em outras palavras, o cuidador precisa receber cuidados especializados, tanto de prevenção de doenças físicas e psíquicas, como na promoção da saúde, preparando seu corpo para suportar, por exemplo, o peso de um paciente pesado. É imprescindível também que o cuidador de pessoa com deficiência física, que precisa de auxílio na locomoção, tenha à sua disposição equipamentos que facilitem essa locomoção.

Há ainda o desgaste psicológico, geralmente provocado por jornadas de trabalho extensas, privação de sono de qualidade, poucos

ou nenhum período de descanso, falta de rotina de alimentação e/ou nutrição de má qualidade.

Outro agravante muito importante que causa grande sofrimento psíquico é o apego emocional com o assistido, tanto por parte do cuidador familiar, quanto do cuidador profissional. Nesse caso, o cuidador precisa ter uma rede de apoio que compreenda e acolha seu sofrimento, reconhecendo sua legitimidade. É muito comum o cuidador sofrer com o assistido, pois o mesmo pode estar doente ou dependente, sofrendo e gerando sentimentos na própria relação (ansiedade, angústia, dor, raiva, tristeza e desesperança), ou causando sentimentos como frustração, impotência ou apego. Nesse caso, é importante o acompanhamento psicoterapêutico, durante o período do cuidado e, também em caso da perda de um assistido.

Do ponto de vista financeiro, a atividade profissional de um cuidador quase sempre não oferece retornos significativos. É o que diz Masuchi (2021) ao referir-se ao cuidador “privado”, ou seja, uma pessoa com algum grau de parentesco. Mais do que isso, a pesquisa revelou que existe uma negação da profissão de cuidador, quer dizer, os entrevistados “citaram outras atividades profissionais como fazer cortinas para vender, costurar, agente comunitária de saúde, auxiliar de enfermagem, mesmo não exercendo essas atividades no momento da entrevista” (MASUCHI, 2021, p.93)

Atribui-se a isso o fato de que há a dificuldade de reconhecimento do trabalho do cuidador familiar e dele próprio se reconhecer como um trabalhador, por que muitos veem o ato de cuidar como um dever moral, decorrente das relações familiares e pessoais. Por entender que o cuidador tem a obrigação moral de exercer o cuidado, tal atividade é vista com menor importância que atividades como advogado, vendedor, entre outras profissões. (MASUCHI, 2021).

Na sociedade contemporânea toda e qualquer outra atividade humana não relacionada ao trabalho não é significativa e assim, não necessita ser realizada (MASUCHI, 2021), ainda, atividades recreativas de lazer e cultura, geram gastos, geralmente incompatíveis com as condições financeiras de um cuidador, que já não dispõe de tempo, visto que as jornadas de trabalho são longas e desgastantes física e emocionalmente.

Nesses casos entende-se que se faz necessário o estabelecimento de uma rede mínima de suporte social para que o cuidador possa realizar a contento as atividades relacionadas ao cuidar e, ainda, exercer seu autocuidado, entretenimento e outras necessidades que possam existir. Percebe-se que as redes de apoio são importantes para o cuidador manter e/ou promover qualidade de vida, evitando situações de estresse e adoecimento físico e emocional, quando divide sobrecargas e responsabilidades com as pessoas que compõem sua rede de apoio social.

3 METODO

Este projeto teve por finalidade desenvolver orientações sobre atividades de prevenção e autocuidado para cuidadores com vínculo familiar e/ou profissionais de pessoas com deficiências física e/ou mental.

Para tanto, partiu-se de uma pesquisa descritiva e exploratória consistindo em revisar artigos que contenham os critérios apresentados e delimitem os contextos que abrangem o tema “Cuidar de Quem Cuida – Cuidadores de Pessoas com Deficiência” nas pesquisas produzidas cientificamente no Brasil.

Para aplicação do projeto foi proposto um encontro via plataforma zoom, devido ao momento pandêmico. Participaram 18 convidados cuidadores de pessoas com deficiências física e/ou mental e comunidade em geral, em um encontro previamente agendado no mês de junho de 2021. O projeto foi desenvolvido durante o semestre de 2021/A durante o mês de abril a junho do mesmo ano. Inicialmente, nos apresentamos como acadêmicos do curso de Psicologia do Centro Universitário UNIVINTE, falamos da disciplina de extensão Psicologia, Deficiência e Inclusão e apresentamos os objetivos da aplicabilidade do projeto. Com todos os conteúdos preparados previamente foram apresentados, ao final, abrimos para perguntas e depoimentos com participação dos convidados.

4 RESULTADOS

Por se tratar de um projeto acadêmico, em que todos os envolvidos se dedicaram arduamente para a realização do mesmo, entendemos que tivemos um resultado melhor que o esperado e tivemos o prazer de ouvir agradecimentos, relatos de surpresa por se tratar de um tema tão pouco debatido e até mesmo recebemos congratulações por parte de nossos colegas e convidados. Foi um projeto muito prazeroso de ser realizado e pretendemos voltar ao tema no futuro, ainda na vida acadêmica e principalmente na atividade profissional da psicologia, quando devidamente capacitados e habilitados para tanto.



REFERÊNCIAS

FARIA, Adriana Aparecida; et al. **Cuidando de quem cuida: o papel do psicólogo com cuidadores de pacientes paliativos.** Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/004_artigo_saude_template.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

MASUCHI, M. H.; ROCHA, E. F. Cuidar de pessoas com deficiência: um estudo junto a cuidadores assistidos pela estratégia da saúde da família. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 89-97, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rto/article/view/46928>. Acesso em: 14 mai. 2021.

ACOLHIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO MERCADO DO TRABALHO

Jurema de Andrade Bressan¹
Edith Luchtemberg²
Manuella da Luz Verdieri³
Juliana Barreiros de Meira⁴
Viviane Maria da Silva Ribeiro⁵

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo as pessoas com deficiência foram excluídas do convívio social por serem consideradas inválidas, incapazes ou sem utilidade para a sociedade. Em alguns momentos históricos elas eram simplesmente eliminadas (Sasaki, 1977). Posteriormente, instituições de caridade ficavam encarregadas de alimentar, medicar e abrigar essas pessoas, que ainda permaneciam segregadas, recebendo pouca atenção e investimento do restante da sociedade.

Somente na década de 1960 (Sasaki, 1977) sugeriram escolas especiais, centros de reabilitação, oficinas protegidas de trabalho e centros desportivos destinados a pessoas portadoras de deficiências, dando início ao processo de integração dessas pessoas nos sistemas sociais como educação, trabalho, família e lazer. O momento não é por acaso. Com o desenvolvimento industrial, que inegavelmente gerava muitos empregos, muitas pessoas ficaram incapacitadas devido a acidentes de trabalho com o maquinário fabril. Ao mesmo tempo (Goyo, 1989, p. 54), a grande guerra dizimava uma grande parcela da população, deixando para trás milhares de mortos e pessoas mutiladas,

¹ Mestre em Ciências da Saúde. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: prof.jurema@fucap.edu.br

² Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: edith_luch@hotmail.com.

³ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: manuellaverdieri@gmail.com.

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: julianabarreiros@gmail.com.

⁵ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: vivimsr13@gmail.com.

tendo por consequência direta uma redução drástica da mão de obra, que por sua vez comprometia toda a capacidade produtiva.

Desta forma, as pessoas com deficiência receberam maior atenção legal e surgiu a reabilitação vocacional para as pessoas desmembradas na guerra nos países atingidos pela mesma. De acordo com Mithaug e Haring (1977, apud GOYO, 1989, p. 54), depois da Segunda Guerra tornou-se um direito legal de todas as pessoas com deficiência física serem reabilitadas vocacionalmente.

O presente projeto teve como objetivo destacar a importância da inclusão social, do acolhimento da pessoa com deficiência intelectual no mercado de trabalho e seus direitos garantidos por lei. Assim como estimular o desenvolvimento de programas que apoiem a inclusão de pessoas com deficiência intelectual.

A metodologia de pesquisa utilizada foi a bibliográfica e o projeto aplicado para a equipe de funcionários e gestão de uma rede de supermercados e comunidade externa em geral através de uma live no instagran.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Convenção das Pessoas com Deficiência, datada de 09/12/1975, resolução nº3.447 pela Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), estabelece como deficiente: “(...) qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais.” Mas além disso sobrepõe, antes da deficiência, o termo pessoa.

A Convenção de Guatemala estabeleceu no Artigo 1º: “O termo deficiência significa uma restrição física, mental, ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. (BRASIL, 2001)

No Brasil, pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, art. 2º: E em seu art. 1º é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos

direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015)

Entretanto, poucas são as pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho e, entre aquelas inseridas, muitas sofrem dificuldades para a sua permanência no emprego. A inclusão no mercado de trabalho para as pessoas com deficiência intelectual, possibilita o desenvolvimento social, econômico e emocional. Esta interação com a sociedade favorece o desenvolvimento da autonomia, independência, satisfação pessoal, produtividade e responsabilidade. Desta forma podemos ver com clareza a importância do planejamento de estudos que visem aprofundar o processo de inclusão no trabalho, destacando seu papel para o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual.

Os preconceitos que cercam as pessoas com deficiência, que as deixam de fora das empresas e das comunidades, devem ser rompidos, é necessário criar noções do que é ser capaz, tanto no mercado de trabalho quanto na vida.

3 METODO

O projeto contou com a orientação e revisão da professora orientadora, foram realizadas duas aplicações, uma primeira de forma on-line para a professora e alguns alunos do curso de psicologia para que a professora pudesse aprovar a aplicação. Em um segundo momento a aplicação foi realizada também de forma on-line através de uma live pelo instagran e contou com 16 colaboradores.

O projeto foi desenvolvido durante o semestre de 2021/A durante o mês de abril a junho do mesmo ano. Durante a live conversamos sobre a deficiência, seu conceito e a inclusão no mercado de trabalho. Falamos sobre capacitismo e sobre as cotas exigidas para contratação de pessoas com deficiência, em geral se dá preferência as pessoas com deficiência física, e nosso foco foi mostrar a capacidade da Pessoa com Deficiência Intelectual para atuar no mercado de trabalho.

Importante ressaltar que antes mesmo da live ir ao ar, as acadêmicas já recebiam perguntas sobre o tema a ser apresentado. Muitos participantes colocaram sua opinião no chat, recebemos muitos

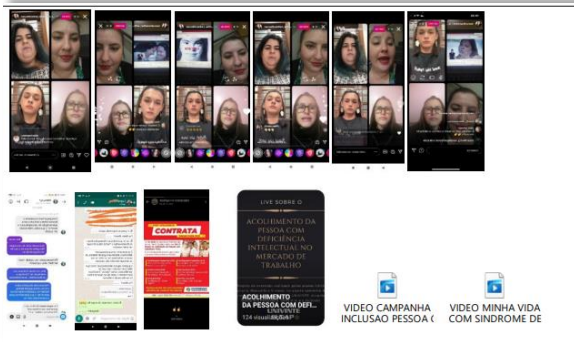
elogios pelo tema abordado. Até o dia 27 de junho às 14:21 última atualização, foram feitas 124 visualizações da Live.

Para essa conscientização os conteúdos compartilhados foram extraídos de sites científicos e vídeos do Youtube com depoimentos de Pessoas com Deficiência Intelectual e de suas famílias. Mostramos também um pouco da história de algumas personalidades com deficiência intelectual que exercem destaque na sociedade e o impacto que elas causam

4 RESULTADOS

Acreditamos que a aplicação do projeto atingiu o objetivo de conscientizar os participantes sobre a importância da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Nossa equipe ficou satisfeita com o resultado do trabalho. O assunto abordado enriqueceu as pesquisas por ser de muita relevância para a Pessoa com Deficiência, principalmente com a Deficiência Intelectual. Nós crescemos como ser humano, aprendemos mais como é o mundo dessas pessoas e o grande universo de potencialidades.

O fato de desenvolver e principalmente aplicar um Projeto de Extensão somente por redes sociais, foi uma experiência muito nova que com certeza vai marcar nossas vidas. O público ficou impactado positivamente com algumas informações a respeito das pessoas com deficiência intelectual. Isso foi muito gratificante para nós, pois é urgente que as empresas valorizem essas pessoas, mostrando o quanto elas são importantes, o quanto seu trabalho tem valor, mostrando o acolhimento da Pessoa com Deficiência no mercado de trabalho, e dessas, muitas com Deficiência Intelectual.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 3.956** Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Convenção da Guatemala. Brasília, 08 de outubro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acesso em: 28 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146**. Estatuto da Pessoa Com Deficiência. Brasília, 6 de julho de 2015. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13146&ano=2015&ato=c4a> Acesso em: 17 mai. 2021.

GOYO, Antônio Celso; MANZINI, Eduardo José; CARVALHO, Margarida B. de; BALTHAZAR, Mary Frances; MIRANDA, Therezinha. Justificativas para a formação profissional do deficiente mental: revisão da literatura brasileira especializada. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 69, 1989, p. 53-67. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208668>. Acesso em: 28 mai. 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. WVA. vol. 174. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/56632330-construindouma-sociedade-para-todos-livro-sasaki-1-pdf-free.html>. Acesso em: 28 mai. 2021.

DEFICIÊNCIA MOTORA: APRENDENDO A SUPERAR AS LIMITAÇÕES FÍSICAS

Jurema de Andrade Bressan¹
Ana Paula Dutra de Souza²
Letícia Ribeiro Cardoso³
Liliane Modolon Fernandes⁴

1 INTRODUÇÃO

De forma geral a deficiência é qualquer perda ou anormalidade da estrutura psicológica, fisiológica ou anatômica. Por envolver uma ausência, pode significar prejuízo ou danos. Já a deficiência motora é considerada todas as condições que gerem dificuldades ou impossibilidades nas pessoas de realizarem algum movimento específico com o corpo. As modificações que constituem uma deficiência motora podem ser originadas na estrutura óssea, nos grupos musculares ou em outras partes da constituição física.

Discutir o tema “Deficiência Motora: Aprendendo a superar as limitações físicas” é de extrema relevância por ser tratar de um assunto apático pela população brasileira. Haja vista que muitas pessoas ainda possuem preconceito em relação as pessoas com deficiência motora e não sabem respeitar ou tratar tais seres humanos da maneira adequada. Com isso, procuramos identificar para repassar o conhecimento de quais são os direitos que as pessoas com deficiência motora possuem, como é realizada a inclusão social e quais são as atitudes que devem ser tomadas para diminuir o preconceito.

É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à

¹ Mestre em Ciências da Saúde. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: prof.jurema@fucap.edu.br.

² Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: anaadutra139@gmail.com.

³ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: leticia_rebeiro@hotmail.com.

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: liliane.modolon@hotmail.com.

profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. (BRASIL. Lei nº 13.146, 2015)

Seguindo esse raciocínio, a prática de extensão desenvolvida teve como objetivo promover a dinamização do conhecimento sobre as atitudes para diminuir a exclusão e o preconceito referentes às pessoas com deficiência motora, incentivando a inclusão social e mostrando que todas as pessoas merecem o apoio do Estado, da família e da sociedade independente estrutura física. Propiciando as pessoas com deficiência motora dessa forma o sentimento de pertencimento, capacidade e bem-estar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (PCD), pessoas com deficiência “[...] são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (ONU [Organização das Nações Unidas], 2006). As deficiências podem ser classificadas como: física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla.

A deficiência motora, tema que norteia esse projeto, pode ser conceitualizada como “uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física” (BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004.). Dito isto, os indivíduos que a têm apresentam limitação para ir e vir, sair e entrar, alterar posições para se proteger, obedecer a instruções como ficar parado, levantar os braços, virar-se, sair de um veículo. Portanto, em algumas situações as pessoas com deficiência motora (PCDM) precisam de auxílio imediato para deixar ambientes de risco à sua integridade, tais como incêndios, desmoronamentos, desastres naturais, acidentes e agressões.

O sistema familiar tem importante papel na formação dos sujeitos, contribui para personalidade e forma de comportar-se. Nesse

sentido, os pais ou responsáveis têm uma grande importância em todos os âmbitos de desenvolvimento do filho, por exemplo, motor, psíquico, afetivo, social e moral, pois eles são, por excelência, os primeiros educadores.

Diante disso, a chegada de um filho deficiente físico ou uma criança que adquire deficiência em algum acidente, por exemplo, pode causar um impacto no início, pois gera dúvida e insegurança na capacidade de lidar com a situação e exige uma reorganização familiar. Segundo Oliveira & Poletto, (2015 apud Gouvea 2021) depois dessa fase, os familiares começam a aceitar e conhecer melhor a deficiência, de forma que, com o passar o tempo, tornam-se mais seguros.

Oliveira e Poletto, (apud Gouvea, 2021 p. 09) afirmam que as famílias que utilizam a resiliência como forma de superar os sentimentos negativos, conseguem atribuir um novo significado às suas vidas, ajudar os seus familiares com deficiência a adquirir uma nova perspectiva do futuro, planificar adequadamente a sua independência funcional, o desenvolvimento físico, psicológico, social, educacional e laboral, assim como facilitar a sua inclusão na sociedade de forma digna e eficaz.

Entre muitos aspectos da vida adulta, o mercado de trabalho tem um significado importante, pois nele se coloca bastante esforço, dedicação e tempo. A PCDM enfrenta algumas dificuldades nessa nova fase por causa de suas limitações físicas. Essa integração é um processo que envolve as características do indivíduo e do contexto profissional (Gouveia, 2021), e a relação disso pode produzir barreiras ou facilitadores para o/a trabalhador/a com deficiência. Vale ressaltar que transformar as atitudes negativas em relação aos trabalhadores com deficiência em facilitadores, bem como formar os empregadores e promover a aquisição de uma cultura organizacional mais flexível e inclusiva (Gouveia, 2021), pode contribuir muito para potencializar a produtividade e a inclusão dos trabalhadores com deficiência, pois promove a autoestima e a confiança do trabalhador.

Dito isto, percebe-se a importância de uma mudança de olhar frente às dificuldades enfrentadas pelas PCDM, de uma forma que desperte a consciência delas mesmas e dos familiares, amigos e sociedade para a integralidade e dignidade que todo ser humano tem, independente das suas limitações motoras, a fim de que possam ter

uma melhor qualidade de vida. Há um sentido específico para cada indivíduo, de modo que o ser humano tem uma capacidade de ir além das circunstâncias que lhe foram dadas e isso possibilita transformar a tragédia em triunfo e posicionar-se diante de alguma limitação, tornando a pessoa resiliente. A resiliência, termo cunhado da física e só muito recentemente utilizado na psicologia, está evidenciada no corpo teórico da Logoterapia, e direciona ao sentido, refere-se à capacidade da pessoa de superar situações adversas, transformando sua realidade de forma positiva. “Quem conhece o sentido de sua existência, ele, e só ele, está em condições de superar todas as dificuldades” (Viktor Frankl). Dessa forma, a pessoa com deficiência motora tem a possibilidade de dizer, assim como Jerry Long, “vejo minha vida cheia de sentido e de objetivos. [...] eu quebrei meu pescoço, não quebrei o meu ser.” (FRANKL, 2020, p.169).

3 METODO

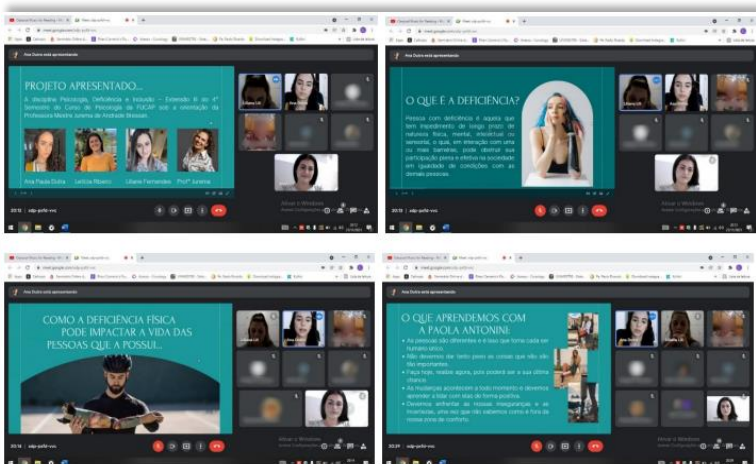
Primeiramente, buscamos nos apropriar do conceito e sentindo da deficiência motora, para assim conseguirmos trabalhar todo o contexto que ela poderá ser inserida. Dessa forma ficamos confiantes para lidar com questionamentos iniciais que poderiam surgir em relação à temática, não deixando espaço para dúvidas existentes. O projeto foi desenvolvido durante o semestre de 2021/B durante o mês de setembro a novembro do mesmo ano. Explicamos a temática para um grupo de 12 pessoas de forma remota, através da plataforma Zoom, visto ao momento pandêmico da data. Apresentamos slides com informações e imagens para agregar de forma positiva e qualitativa a nossa contribuição sobre o tema. Também utilizamos como estratégia metodológica um exemplo real de uma PCDM, através de uma breve entrevista realizada em que a pessoa entrevistada é uma pessoa idosa com deficiência motora devido a uma paralisia infantil que limitou seus movimentos físicos desde então, não deixou que essas condições o controlassem. Ele ganha seu sustento e o de sua família através de seu trabalho artesanal que pratica em uma marcenaria no quintal de sua casa, produzindo raquetes de frescobol e suportes para bandeiras. Além disso, quando não está vendendo seus produtos apenas em sua marcenaria ele se locomove em uma bicicleta adaptada até uma

sinaleira da sua cidade para vender seus artigos, transformando a sua realidade e a das pessoas a sua volta.

Ao final da apresentação possibilitamos um momento de interação com comentários e tira dúvidas que emergiram ao longo de todo o nosso trabalho.

4 RESULTADOS

Contribuímos com o público presente sobre o entendimento do conteúdo aprendido em sala de aula sobre deficiência física motora, propiciando aos envolvidos a capacidade de agir de forma coerente no cotidiano de acordo com o apresentado no projeto. Portanto, a vivência do projeto possibilitou demonstrar a importância de saber aplicar as atitudes corretas frente as PCDM, estimulando ações morais, atitudes íntegras e condutas satisfatórias para a integração e vivências das PCDM em comunidade. Vale pontuar, que a realização da aplicação desse projeto foi uma experiência de aprendizado positiva não só para o público, mas também para as acadêmicas envolvidas. Agregamos conhecimentos sobre a deficiência motora e como a nossa atitude em relação a ela pode impactar a vida das pessoas que apresentam a mesma.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 07 out. 2021.

ONU. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilhac&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 07 out. 2021.

GOUVEIA, Maria. **Participação no mercado de trabalho: a perspectiva de pessoas com deficiência motora e o papel da família**. Portugal: Universidade do Porto, 2021.

FRANKL, Viktor. **Em busca de sentido**. São Leopoldo: Sinodal, 2020.

A (INTER) RELAÇÃO INCLUSIVA COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS ATIVIDADES LABORAIS

Jurema de Andrade Bressan¹
Isabella Moreira de Freitas²
Luana Behling³
Tainá Macieski Moraes⁴

1 INTRODUÇÃO

É importante pensar a Deficiência Auditiva no âmbito laboral, mais especificamente no setor relacionado ao teor de vendas do ramo varejista, que tem dificuldades em recepcionar e atender indivíduos com deficiência auditiva e/ou surdez.

Tal déficit está relacionado à escassez de informações acerca do assunto, os colaboradores em sua esmagadora maioria não possuem dados básicos sobre o tema, como por exemplo: a maneira adequada de conduzir uma venda com pessoas surdas, o básico da comunicação por meio de libras, adventos tecnológicos que auxiliem nessa comunicação não verbal e tantas outras informações essenciais que são de suma importância para uma comunicação eficiente no âmbito laboral.

Com essa elucidação referente ao tema os colaboradores irão se qualificar no atendimento, contribuindo assim para o melhor funcionamento da empresa. Ações como essas contribuem para manutenção de uma sociedade mais empática e inclusiva, pois possibilita que os funcionários tenham compreensão em relação às necessidades dessas pessoas durante um atendimento.

A metodologia utilizada para tanto foi através de pesquisa bibliográfica e aplicação com vivências e apresentação do aplicativo *Hand Talk* (Mãos que falam-tradução literal), com intuito de

¹ Mestre em Ciências da Saúde. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: prof.jurema@fucap.edu.br.

² Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: bellafreittas@icloud.com.

³ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: luana.betb@gmail.com.

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: tainamacieskii@gmail.com.

proporcionar uma forma compreensível de comunicação. Nesse sentido, o objetivo geral desse projeto de extensão foi conscientizar os colaboradores de uma loja do ramo varejista sobre a deficiência auditiva e/ou surdez e a importância da inclusão no mercado de trabalho e/ou como fazer a recepção de uma pessoa com deficiência auditiva nesse ambiente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A comunicação é essencial para constituição de um meio saudável sendo a mais comum a fala. Contudo, alguns indivíduos apresentam perdas na audição e passam a enfrentar dificuldades quanto a comunicação oral. À essas pessoas com perda total ou parcial da audição, são chamadas de pessoas com deficiência auditiva (DIAS, *et al*, 2009 apud FREITAS *et al*, 2017, p. 187).

A deficiência auditiva sob uma perspectiva histórica era vista de forma pejorativa, sendo alvo de incompreensão, rodeada de estigmas que variam desde loucos, doentes e até mesmo castigados pelos deuses, isolados e escondidos pelas famílias na tentativa da evitação da convivência com outros, e até mesmo à submissão na Alemanha de Hitler a “experiências científicas”. SILVA, 1987 apud FREITAS *et al*, 2017, p.193).

Segundo esse mesmo autor, felizmente, com o advento da Revolução Industrial, final do século XIX e início do XX, transformações passaram a acontecer e com o aparecimento de novas mentalidades e pensamentos a aceitação em relação a pessoas com deficiência passou a ser mais presente (SILVA, 1987 apud FREITAS *et al*, 2017, p.193).

A deficiência auditiva é a perda parcial ou total da audição podendo ser ocasionada por lesões ou causas genéticas. De acordo com a incapacidade auditiva, ela é classificada como moderada, quando não se ouve sons abaixo de 50 decibéis; severa, quando há a incapacidade de ouvir sons abaixo de 80 decibéis e profunda quando não se ouve sons com menos de 91 decibéis. Para todos esses casos aparelhos e órteses ajudam parcialmente, sendo fundamental o aprendizado da linguagem de libras e a leitura orofacial. No entanto,

havendo perda da audição superior a esses níveis a surdez é total (AMPUDIA, 2011).

Todavia, a pessoa com deficiência auditiva possui algumas formas de comunicação singulares segundo Milanez (2020, np), sendo possível a realização da leitura orofacial (LOF), que é realizada com o propósito de compreender uma mensagem falada por meio de pistas visuais a partir do movimento dos lábios e expressão da face. Tal comunicação é muito complexa, exigindo que pessoas com deficiência tenham boas capacidades sensoriais, percepção visual, atenção, memória...

Outra forma de comunicação é através do treinamento fonoarticulatório, que consiste em adquirir e desenvolver a fala envolvendo componentes essenciais como a respiração, voz, ritmo de fala, entonação, combinações de vogais e consoantes... E a forma mais difundida é a língua de sinais (LIBRAS), que possibilita através do estímulo visual o desenvolvimento cognitivo, emocional e linguístico, além de proporcionar um sentimento de pertencimento na comunidade e de possuir uma identidade própria. (MILANEZ, 2020, np).

Relatar esse aspecto de inclusão não nega a questão da desigualdade, mas sim da defesa do convívio dos desiguais de maneira igualitária, “sendo um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.” (MILANEZ, 2020, np). Assim, a inclusão social das pessoas com deficiências significa torna-la participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da sociedade, Estado e do Poder Público. A inclusão é um processo que acontece gradualmente, com avanços e retrocessos. (PINTO *et al*, 2009 apud FREITAS *et al*, 2017, p.193).

Logo, sob a esfera profissional, as empresas devem implantar programas de formação profissional inserindo as pessoas no quadro funcional, já que o trabalhador nessas condições também exercera suas atividades com profissionalismo, dedicação, assiduidade, como qualquer outro empregado sendo um direito assegurado pela Constituição Federal no art. 3 que diz o capítulo IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, o aplicativo *Hand Talk* (Mãos que falam-tradução literal) é uma plataforma que faz a tradução da língua selecionada para a língua brasileira de sinais (Libras), esse aplicativo tem por objetivo agregar na inclusão de indivíduos surdos na sociedade.

Segundo Fernandes (2015), tal aplicativo foi criado em Alagoas no ano de 2012 por Ronald Tenório, Carlos Wanderlan e Thadeu Luz. Atualmente o *Hand Talk* (Mãos que falam-tradução literal) já possui mais de quatro milhões de *downloads* (transferências-tradução literal) e mais de cinquenta milhões de traduções mensais.

Esse aplicativo é uma ferramenta grátis, para os sistemas operacionais de smartphones, voltada para conversão de áudios e textos fotografados para a linguagem dos sinais. Ademais, outra particularidade interessante acerca do aplicativo é o personagem virtual Hugo, um simpático intérprete que torna a interação simples para o usuário. (FERNANDES, 2015, p. 23-26).

As premiações do aplicativo também são notáveis, esse ganhou o prêmio de melhor aplicativo social da América Latina pela Organização das Nações Unidas (ONU) e de solução mais inovadora do mundo pela Gifted Citizen.

3 METODO

A elaboração do projeto de extensão ocorreu através de pesquisa bibliográfica e a aplicação com vivências grupais afim de proporcionar aos colaboradores a vivência de deficiência auditiva. Toda essa explicação foi realizada através de uma explanação do tema com apresentação de slides. Logo após foi feita a apresentação do aplicativo *Hand Talk* para os colaboradores de uma Loja do ramo varejista em Tubarão SC. O intuito é de proporcionar aos colaboradores um maior entendimento a respeito da inter(relação) inclusiva com pessoas com deficiência auditiva nas atividades laborais, tanto no que diz respeito sobre a importância da inclusão no mercado de trabalho, como na recepção de uma pessoa com deficiência auditiva nesse ambiente. Procurou-se possibilita-los a utilização da ferramenta *Hand Talk* com o objetivo de proporcionar uma melhor inter(relação) com pessoas surdas, assim como informar a respeito de condutas apropriadas e inapropriadas; explanou-se a história e os desafios enfrentados pelas

peças surdas, os graus de surdez, as causas principais da deficiência, com apresentação de dados estatísticos e uma breve introdução referente aos desafios enfrentados principalmente no ambiente laboral e os direitos conquistados pelas pessoas surdas. Após a atividade foram distribuídos flyers com instruções básicas referente a linguagem de libras.

O projeto foi desenvolvido durante o semestre de 2021/B durante o mês de setembro a novembro do mesmo ano aos 12 funcionários da loja, tendo como profissão o cargo de assessor de clientes.

4 RESULTADOS

Conseguimos ampliar o nosso conhecimento acerca da deficiência auditiva/surdez, e contribuir para o conhecimento dos profissionais da loja de forma muito didática e colaborativa havendo uma intensa participação dos colaboradores diante dos apontamentos realizados durante a explanação do conteúdo e uma pré disposição imediata relacionado a experiência da dinâmica pautada acerca da complexidade da comunicação orofacial.

Foi possível ainda, proporcionar a possibilidade de gerar inclusão e maior facilidade em relação a comunicação entre surdos e ouvintes no âmbito laboral. Seja em relação ao cliente e atendente ou entre os colaboradores. Logo, contribuindo significativamente na vida dos envolvidos.

Além disso, conseguimos propor meios de comunicação fáceis e ágeis nos atendimentos e na relação entre colaboradores de forma a beneficiar ambos, bem como a empresa envolvida. Visto que, uma empresa acessível terá uma melhor visibilidade diante da sociedade. Como também conceder as pessoas presentes dicas de como se portar, para que não ajam de maneira desrespeitosa e negligente com pessoas com deficiência auditiva/surdas.

Ao término na aplicação do projeto, não houveram ressalvas negativas, tendo como feedbacks a satisfação pelo conteúdo explanado e o aprendizado adquirido - principalmente pelo uso dos exemplos, e os slides considerados por eles ótimos, pelo fato de haverem imagens que acabaram por facilitar a associação e memorização do conteúdo.



REFERÊNCIAS

AMPUDIA, Ricardo. **O que é deficiência auditiva**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/273/o-que-e-deficiencia-auditiva>. São Paulo, 2011. Acesso em: 26 set. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FERNANDES, Ariane Patrícia da Silva. **A inclusão por meio da tecnologia do aplicativo de celular *hand talk***. Universidade Federal de Ouro Preto, 2015. Disponível em: <https://www.monografias.ufop>.

br/bitstream/35400000/2799/6/MONOGRAFIA_InclusaoAplicativoTecnologia.pdf. Acesso em: 06 out. 2021.

FREITAS, Geovane Rodrigues; MARANHÃO, Thércia Lucena Grangeiro; FÉLIX Waleska Maria. **A deficiência auditiva e a possibilidade de inclusão no mercado de trabalho.** Universidade Doutor Leão Sampaio, Juazeiro do Norte. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/685>. Acesso em: 06 out. 2021.

MILANEZ, Simone Ghedini Costa. **O aluno com surdez.** UNESP. São Paulo: 2020. Disponível em: https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:u6e7R5tlpZMJ:https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/Modulo2/m2a1_texto1.pdf+&cd=12&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 06 out. 2021.

CONTRIBUIÇÃO DA FAMÍLIA, DA PEDAGOGIA E DA PSICOLOGIA PARA A INCLUSÃO DA PESSOA CEGA E COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Jurema de Andrade Bressan¹

Kely Andrade de Moraes²

Luciana Villa³

Tais Katiusci⁴

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em inclusão pode-se observar uma fala de conhecimento e respeito evidente de toda sociedade, mas é perceptível que esse conhecimento fica muitas vezes, somente no verbo, pois a maior parte da população não sabe do que se trata e de todo potencial de uma pessoa com deficiência (PCD).

É preciso enxergar além dos olhos para que se possa visualizar que é possível alcançar a inclusão social em todos os contextos, se o trabalho começar inicialmente em casa através do convívio familiar, e conseqüentemente nas escolas dando-se início nas aulas sobre deficiência e inclusão já nas séries iniciais.

O papel da família é a base inicial para fortalecer a estrutura psíquica desse indivíduo, são afetos primordiais e que estimulam muitos fatores que impulsionam a PCD a ir em busca da realização dos seus projetos de vida de forma igualitária. E sendo assim, obtendo essa base em seu convívio familiar, encontram-se aptos a dar o segundo passo com uma maior segurança.

Nesse contexto entra no cenário a função da pedagogia na vida da pessoa com deficiência visual (PCDV), fortalecendo ainda mais a subjetividade de cada um, mais para que torne possível a execução de um trabalho feito com excelência, é necessário que esses profissionais estejam muito bem capacitados para que possam atender essa

¹ Mestre em Ciências da Saúde. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: prof.jurema@fucap.edu.br.

² Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: kelydemoraes@gmail.com.

³ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: luvillasc@hotmail.com.

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: taiskuta02@gmail.com.

demanda, oferecendo a esses alunos juntamente aos demais um processo de integração para uma socialização homogênea. Sabe-se que ainda existe um caminho longo a se percorrer para que se possa alcançar profissionais com tais características.

A inclusão é responsabilidade de toda sociedade e a educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos.

É importante realizar estudos voltados para o viés da psicologia nos contextos educacionais e sociais, e dessa forma por meio de intervenções multidisciplinares estabelecer um ciclo de constante aprendizado.

Este projeto teve por objetivo principal a conscientização de forma inclusiva com uma vivência promovendo a todos os convidados uma interação para comprovar a contribuição da família, da pedagogia e da psicologia no processo de inclusão da PCDV.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Mazzota (1996, p.15) a “educação especial tem sido, com grande frequência, interpretada como um apêndice indesejável”. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

O problema social começa quando, através dele, estigmatiza-se as pessoas; a chamada Educação Inclusiva surgiu da importância dessa constatação. Eles vieram revelar que a Educação, no mundo todo, vem excluindo, cada vez mais alunos, em vez de incluir. Não é ao

acaso que nós preferimos o nosso sistema de crenças, de estereótipos e de preconceitos. (WERNECK, 2000, p.137-138).

Para tanto, se utiliza da transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Sá, Silva; Simão (2010), definem teoricamente a deficiência visual como o conjunto de alterações que podem ser relativamente simples, passíveis de correções por meio de auxílios ópticos ou cirurgia, até graves degenerações, atrofias ou lesões oculares que podem culminar com a cegueira.

Para Bruno (2006), a deficiência visual, por si só, não acarreta dificuldades cognitivas, emocionais e de adaptação social. Mosquera (2010), entende que ao longo do tempo, nas diversas regiões do mundo, as pessoas com deficiência tiveram diferentes significados aos olhos da sociedade em que estavam inseridas. Infelizmente, essa forma de lidar com a deficiência resultou na exclusão, no associar negativo, gerando aversão, criando uma cultura de discriminação. Assim, podemos pensar a inclusão como uma forma de melhorar a qualidade de vida, com as mesmas oportunidades educacionais para todos.

Para Lira; Schlindwein (2008), Vygotsky é um dos defensores do princípio de que as crianças com deficiência visual devem aprender juntas, pois as interações e as trocas entre elas aceleram o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social delas. A criança com deficiência não tem menor desenvolvimento do que as outras, mas elas desenvolvem de forma diferente, pois concentra sua atenção para as habilidades das outras crianças, interessando-se mais pelas suas capacidades do que pelas suas faltas.

As PCDV possuem todas as possibilidades de se desenvolverem como cidadãos “normais”. Quando a família, escola e sociedade acreditam nisso, há a possibilidade do desenvolvimento sem frisar a limitação da visão a assim conviver com os outros em quaisquer

atividades, brincadeiras, na conclusão de tarefas ou nas trocas da sociedade.

3 METODO

A aplicação do projeto ocorreu com crianças filhos de amigos das acadêmicas, alguns estudantes do curso de Pedagogia de uma instituição de ensino e pessoas cegas que realizaram relatos de seu cotidiano profissional, familiar e de educação escolar. O projeto foi desenvolvido durante o semestre de 2021/B durante o mês de setembro a novembro do mesmo ano.

Para a efetivação do projeto foi realizado contato com os pais de crianças filhos de amigos das acadêmicas e com alunos do Curso de Pedagogia. Em seguida, foi marcado o encontro de 2 (duas) horas com os convidados. As atividades ocorreram da seguinte forma:

1º momento: o objetivo era recepcionar e direcionar os convidados para apresentação do tema proposto, do objetivo desejado com o projeto, e a conscientizá-los da mudança que todo aprendizado pode ocasionar na vida de cada convidado de diferentes formas, mas com um único objetivo, que é “a inclusão da PCDV.

2º momento: foi apresentado os slides de forma lúdica com a história vivida por uma das acadêmicas envolvida no projeto que é PCDV (total/adquirida) e isso vem confirmar a intervenção proposta para o alcance da inclusão.

3º momento: Compartilhamos de que forma o convívio com uma PCDV pode agregar novos aprendizados na vida de pessoas videntes; e isso ocorreu através da fala, das outras acadêmicas envolvidas no projeto.

4º momento: Apresentamos os convidados deficientes visuais totais e parciais onde cada um apresentou habilidades subjetivas, comprovando todo o tema apresentado.

5º momento: Apresentamos aos convidados uma exposição de equipamentos que tornam possível a acessibilidade.

6º momento: Proporcionamos ao público infantil uma dinâmica experimental como PCDV onde vendaremos seus olhos e estimularemos seus outros sentidos sensoriais de forma recreativa usando a prática de atividades sensoriais estimulando a percepção,

audição, tato, paladar, olfato, e também o raciocínio lógico da mesma forma.

7º momento: Realizamos um debate interativo proporcionando novos aprendizados através das diversas curiosidades surgidas.

8º momento: Proporcionamos ao público adulto uma dinâmica experimental como PCDV, onde vendaremos seus olhos e estimulamos seus outros sentidos sensoriais de forma que cada um se auto abrace, se toque e escute.

9º momento: Encerramos o encontro com um lanche para os convidados e entrega de um flyer com informações pertinentes sobre deficiência e inclusão para propagarem seu aprendizado.

4 RESULTADOS

Através deste projeto, conseguimos compreender a importância de cada pessoa, tirarmos aprendizado de cada habilidade com o intuito de derrubar paradigmas e amenizar preconceitos com o diferente, estigmatizando ou rotulando as diferenças.

Percebemos que é necessário que se faça entender a importância do diferente, pois é dessa forma que o aprendizado se torna possível, e nesse cenário a evolução acontece através das relações interpessoais, independente de deficiência ou não.

Objetivamos com esse projeto, principalmente a conscientização de forma inclusiva através de vivência integrada, para promover e demonstrar a contribuição da família, da pedagogia e da psicologia no reforço para inclusão da PCD e na PCDV, pois o acolhimento das famílias e o trabalho especializado dos pedagogos alinhados com o desenvolvimento psicoterápico podem contribuir para uma melhor qualidade de vida dessas pessoas.



REFERÊNCIAS

LIRA, M. C. F; SCHLINDWEIN, L. M. A pessoa cega e a inclusão: um olhar a partir da psicologia histórico-cultural. **Caderno Cedes**, 2008. Disponível: https://www.scielo.br/j/pee/a/YKv7sx5Z_p6557RQvrBQ66gp

SÁ, E. D.; CAMPOS, I. M.; SILVA, M. B. C. **Deficiência visual**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: www.scielo.br/j/ensaio/a/6D8gzB5Dd7vnLG3FX. Acesso em: 03 out. 2021.

BRUNO, M. M. G. **Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação sinalização: deficiência visual**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: www.scielo.br/j/ensaio. Acesso em: 03 out. 2021.

MOSQUERA, C. F. F. **Deficiência visual na escola inclusiva**. Curitiba. Ibpex, 2010. Disponível em: www.scielo.br/j/ensaio/a/6D8gzB5Dd7vnLG3FXmvN4bw/?lang=pt#:~:tex. Acesso em: 03 out. 2021.

CAPÍTULO IV

Este capítulo retrata as atividades de Extensão Acadêmica realizadas na disciplina de Psicodiagnóstico e Avaliação Psicológica I: Extensão IV, sob a supervisão da Professora Jamile Rosa Ladislau, no período de setembro a dezembro de 2021.2. O objetivo das práticas aqui relatadas foi colocar o aluno matriculado na referida disciplina em contato com um recorte do processo de Avaliação Psicológica, desenvolvendo habilidade para conduzir a realização de uma anamnese e a aplicação e correção de um teste de atenção, assim como conduzir uma entrevista devolutiva.

PRÁXIS DO PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL: PROCEDIMENTO DE ENTREVISTA DE ANAMNESE E TESTAGEM DE PROCESSO PSICOLÓGICO BÁSICO DA ATENÇÃO PUERIL

Jamile Rosa Ladislau¹
Jurandir de Sousa Corrêa Júnior²
Willian Gazzola Zeferino³

1 INTRODUÇÃO

O processo psicológico básico da atenção na *psique* humana, pode ser considerado como um dos fenômenos cognitivos de suma importância para o desdobramento do sujeito biopsicossocial. Isto, pelo fato de ser um significativo pré-requisito para o aprendizado e desenvolvimento da cultura, ensejando, assim, a vida em sociedade. Sem a faculdade da atenção o homem não projeta e organiza sua trajetória para o futuro. Destinado, portanto, a andar como ébrio nas trilhas da existência psíquica e social.

Desse modo, a desatenção patológica pode comprometer a evolução da psicomotricidade do ser, desde sua mais tenra idade. Crianças, por exemplo, ao sofrerem com tal disfunção cognitiva não avançam satisfatoriamente nos períodos escolares, vindo a desenvolverem, eventualmente, dificuldades no processo de ensino-aprendizagem.

Entretanto, no âmbito da Psicologia, o campo da avaliação psicológica (processo amplo) apresenta-se como meio processual que disponibiliza estratégias de avaliação diagnóstica e norteamo de tomadas de decisão para um possível tratamento daquele que sofre. Assim, o psicodiagnóstico infantil (processo delimitado), através de entrevista de anamnese e testagem psicológica, exemplificando, pode figurar como significativo método na tarefa de observar, mensurar,

¹ Esp. Professora Curso de Psicologia do Centro universitário Univinte. E-mail: prof.jamilerosa@fucap.edu.br.

² Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: juradosax@gmail.com.

³ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: williamgzefferino@hotmail.com.

avaliar, compreender a dinâmica de funcionamento do fenômeno psicológico da atenção pueril.

Por conseguinte, o objetivo desta proposta gira em torno de promover a relevância do procedimento de entrevista de anamnese e testagem de processo psicológico básico da atenção no contexto do psicodiagnóstico infantil do público alvo (crianças de 6 a 12 anos). Para tanto, o engajamento ético e técnico-científico do corpo discente, integrante do projeto de extensão IV do curso de Psicologia da Fucap-Univinte, será de fundamental importância no sentido de construir uma sólida formação científica e profissional por intermédio da teoria e da prática, bem como viabilizar ao público alvo (crianças e seus cuidadores), informações sobre o estado psicológico de atenção da criança envolvida no respectivo processo de psicodiagnóstico pueril.

Em última análise, a execução desta proposta beneficiará tanto a comunidade acadêmica quanto ao grupo de crianças contempladas com este processo psicodiagnóstico. Afinal, viabilizará, então, oportunidade de aprendizado para os acadêmicos do 5º semestre do curso de Psicologia, como também informações pertinentes sobre o processamento psicológico básico de atenção dos indivíduos a serem avaliados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O *homo sapiens sapiens*, detentor da cultura, é uma espécie privilegiada pois sua estrutura neuropsicológica conta com diversos processos psicológicos básicos atuantes na psicomotricidade humana. Dentre eles, a atenção se manifesta como potencial cognitivo de seleção e foco em determinado estímulo, com fins de processamento psíquico para a execução de atividades mentais e sensoriais. Portanto, a atenção se comporta como uma espécie de filtro que escolhe o quê, ou não focar. Assim, Kandel (2009, p. 339) complementa que “a atenção [...] funciona como um filtro, selecionando alguns objetos para processamento adicional. [...] Em nossa experiência momentânea nos concentramos em informações sensoriais específicas e excluímos (mais ou menos) as demais”.

Quando isto não acontece, ou o fenômeno de desatenção patológica se instala, geralmente tem-se o desencadear gradual de

transtornos mentais que, não raro, comprometem a saúde psíquica do indivíduo, assim como seu desenvolvimento e bem-estar biopsicossocial. Comumente, tais psicopatologias podem irromper na infância. Como é o caso do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), que surge nos anos escolares e tem em sua base sintomatológica, a desatenção como um dos fatores sabotadores da capacidade de aprendizado da criança; comprometendo, dessa forma, o amadurecimento neuropsicológico infantil.

Mash e Wolfe (2002) descrevem crianças que demonstram sintomas de **desatenção**, hiperatividade e impulsividade persistentes e inapropriados para a idade - o Déficit de Atenção e a Hiperatividade (ADHD ou TDAH). Suas manifestações ocorrem geralmente na idade escolar, entre os sete e os oito anos. Os portadores de TDAH são nitidamente diferentes das outras crianças, que não possuem o distúrbio, que está relacionado à **desatenção**, à inquietude e à hiperatividade (MASH e WOLFE 2002, p.72, grifo nosso, tradução nossa).

Todavia, para tais contextos psicopatológicos que envolvem o desequilíbrio atencional, tal como outros processos psicológicos básicos, existem formas de investiga-los, mensura-los, diagnostica-los, com o intuito de se estabelecer estratégias psicoterápicas *a posteriori*. Por conseguinte, no âmbito da avaliação psicológica (uma área da Psicologia), como metodologia ampla que visa investigar, avaliar a dinâmica de funcionamento da mente humana para dela extrair informações que esclareçam a natureza dos fenômenos psíquicos, tem-se a possibilidade de psicodiagnóstico⁴ infantil. Neste processo delimitado, procedimentos técnicos como entrevista de anamnese e aplicação de testes psicológicos podem ser instrumentos úteis para oportunizar dados necessários sobre o estado psíquico do avaliando.

Portanto, em linhas gerais,

⁴ Para Cunha, 2000, p. 26 (*apud* KRUG; TRENTINI; BANDEIRA, 2016, p. 23, grifo nosso), “psicodiagnóstico é um processo científico, **limitado no tempo**, que utiliza **técnicas e testes psicológicos** (*input*), em nível individual ou não, seja para entender problemáticas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos, seja para classificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados (*output*), na base dos quais são propostas soluções, se for o caso”.

a avaliação psicológica é compreendida como **amplo processo de investigação**, qual se conhece o avaliado e sua demanda, com o intuito de programar a tomada de decisão mais apropriada do psicólogo. Mais especialmente, a avaliação psicológica refere-se à coleta e a interpretação de dados, obtidos por meio de um conjunto de procedimentos confiáveis, [tais como, **entrevistas** e **testes psicológicos**, etc.], entendidos como aqueles reconhecidos pela ciência psicológica (CFP, 2013, p. 11 *apud* KRUG; TRENTINI; BANDEIRA, 2016, p. 24, grifo nosso).

Quanto à natureza da entrevista psicológica, seu conceito situa a anamnese como “[...] um tipo de entrevista realizada para investigar a história do examinando, ou seja, os aspectos de sua vida considerados relevantes para o entendimento da queixa” (SILVA; BANDEIRA, 2016, p. 92). Destarte, percebe-se a entrevista de anamnese como uma preliminar indispensável para o bom andamento do processo psicodiagnóstico.

No que tange à relevância dos testes psicológicos para a dinâmica psicodiagnóstica, é possível expressar que “entre as ferramentas de coleta de informações utilizadas na avaliação psicológica, estão os testes psicológicos, que são definidos como procedimentos sistemáticos de observação e registro de comportamentos com o objetivo de descrever e/ ou mensurar características e processos psicológicos [como a atenção, por exemplo]” (CFP, 2003 *apud* BORSA e MUNIZ, 2016, p. 435).

Em síntese, o processo científico da avaliação psicológica, abrangendo o psicodiagnóstico infantil, apresenta muitas possibilidades investigativas tais como, a entrevista de anamnese e os testes psicológicos, dentre muitos outros, que estão entre os instrumentos hábeis na intrigante e instigante tarefa de investigar, analisar e avaliar distintos processos psicológicos inerentes à vida humana.

3 MÉTODO

Em linhas gerais, a referente extensão acadêmica ocorreu no período entre 13/09/2021 01/12/2021 realizadas em 14 encontros. A execução desta proposta se deu sob a forma de prática do psicodiagnóstico infantil, envolvendo o procedimento técnico de

entrevista de anamnese e testagem psicológica do processo psíquico básico da atenção pueril. O teste utilizado, – BPA (Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção) - possibilitou a amostragem quantitativa de aspectos da atenção alternada, concentrada e dividida do indivíduo em contexto de avaliação. Além disso, este instrumento de psicodiagnóstico contribuiu conjuntamente à entrevista de anamnese no desfecho das informações de fenômenos psíquicos observados nas duas etapas psicodiagnósticas.

Portanto, o público alvo serão crianças de 6 a 12 anos de idade. Importante ressaltar que o grupo de avaliadores (dois alunos estagiários envolvidos neste processo de avaliação psicodiagnóstica e, orientados e supervisionados por tutora psicóloga), avaliarão uma única criança. Sendo que, os demais grupos, também terão a oportunidade de avaliarem uma criança, cada. Ao todo, nove crianças da referida faixa etária participarão como voluntárias neste processo psicodiagnóstico.

Ademais, vale informar que as famílias cuidadoras de tais impúberes serão contatadas pelos integrantes do projeto teórico-prático a fim de serem convidadas a permitirem a prática avaliativa em questão com suas crianças. Assim, mediante autorização assinada, deverão comparecer (pais/cuidadores e filhos) em dia e horário marcados, na instituição universitária Fucap-Univinte, na cidade de Capivari-de-Baixo, SC, mantenedora do curso de graduação em Psicologia, para a execução dos procedimentos técnico-psicológicos.

Em suma, através de uma ambiência acolhedora e agradável, se procurará contemplar os caminhos éticos e indispensáveis para a trajetória de formação de competentes pesquisadores e profissionais no âmbito da Psicologia, como ciência e profissão. Enfim, praticar para aprender, avaliar para cuidar, cuidar para incluir.

4 RESULTADOS

As atividades extensionistas, com efeito, possibilitaram crescimento, amadurecimento, evolução intelectual e prática, quanto aos saberes disciplinares estudados em sala de aula. Além disso, foi possível apurar, por meio de entrevista e aplicação da bateria de testes (testes, somente com as crianças) com o público-alvo (pais e crianças

de 6 a 12 anos), dados consideráveis sobre o contexto social, familiar e dinâmica atencional dos impúberes envolvidos. Os manuseios dos instrumentos psicológicos foram relacionados com os princípios éticos da profissão, no esforço de se promover veracidade, transparência, desenvolvimento profissional e pessoal, bem como promoção de saúde; tendo-se em vista, vínculos entre os alunos e público atendido, buscando-se estabelecer possibilidades para serviços futuros de Psicologia na instituição de formação.



REFERÊNCIAS

BORSA, Juliane C.; MUNIZ, Monalisa. Testagem psicológica com crianças e adolescentes. *In: HUTZ, Claudio Simon et al. (org.). Psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

KANDEL, E. R. **Em busca da memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KRUG, Jefferson S.; TRENTINI, Clarissa M.; BANDEIRA, Denise R. Conceituação de psicodiagnóstico na atualidade. *In: HUTZ, Claudio Simon et al. (org.). Psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

MASH, Eric J.; WOLFE, David A. **Abnormal child psychology**. California: Wadsworth, 2002.

SILVA, Mônica A.; BANDEIRA, Denise R. A entrevista de anamnese. *In: HUTZ, Claudio Simon et al. (org.). Psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artmed, 2016.

PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL: PRÁTICAS DE ANAMNESE E TESTE DE ATENÇÃO

Jamile Rosa Ladislau¹

Raul Zandavalle Filho²

Adriano Lucas Duarte³

1 INTRODUÇÃO

A psicologia é a ciência que estuda a subjetividade humana. No aspecto clínico, no qual o indivíduo é submetido à apreciação de um terapeuta, que, após o estabelecimento de um contrato, um vínculo e um processo terapêutico em curso, poderá encontrar a satisfação de seus desejos, buscar o autoconhecimento ou mesmo resolver uma crise conjugal, ou ainda para analisar o comportamento infantil, para citar exemplos. Atualmente, para a execução da psicoterapia, a psicologia contempla várias abordagens – psicanálise, sistêmica, Gestalt, psicodrama, teoria dos esquemas, etc. Para a consecução de seus objetivos, conta concomitantemente com instrumentos de avaliação do paciente – pressupostos para melhor concluir um psicodiagnóstico ou mesmo uma avaliação psicológica. O presente projeto de extensão tem como escopo realizar dois destes procedimentos de investigação que auxiliam o profissional: uma entrevista de anamnese e um teste de atenção – ambos serão aplicados a um paciente infantil, com idade de 10 anos. Segundo Ricardo Franco de Lima, “*A atenção é uma função crucial que permite a interação eficaz do indivíduo com o seu ambiente, além de subsidiar a organização dos processos mentais*” (2005). É a capacidade que o indivíduo tem de responder aos estímulos que lhes são mais significativos, em detrimento de outros que não o são. As informações chegam através dos órgãos sensoriais, dirigindo a atenção para àqueles que são mais relevantes, garantido que a interação com o meio

¹ Esp. Em Avaliação Psicológica. Professora Curso de Psicologia do Centro universitário Univinte. E-mail: prof.jamilerosa@fucap.edu.br.

² Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: raoul_z@hotmail.com.

³ Acadêmico do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: adriano-lid@hotmail.com.

ambiente seja realizada de modo mais eficaz. (LIMA, 2005); e a anamnese como sendo a entrevista inicial realizada pelo profissional de saúde – no caso aqui o estudante de psicologia supervisionado, ao seu paciente como premissa de ser um ponto inicial no psicodiagnóstico de uma doença, transtorno ou situação emocional. O artigo 2º da Resolução nº 9/2018, traz ali elencado em seu bojo a realização da anamnese como pressuposto para uma avaliação psicológica, bem como a realização de testes psicológicos. Assim diz:

Na realização da Avaliação Psicológica, a psicóloga e o psicólogo devem basear sua decisão, obrigatoriamente, em métodos e/ou técnicas e/ou instrumentos psicológicos reconhecidos cientificamente para uso na prática profissional da psicóloga e do psicólogo (fontes fundamentais de informação), podendo, a depender do contexto, recorrer a procedimentos e recursos auxiliares (fontes complementares de informação).

Para a consecução deste projeto experimental – cuja base será de grande importância aos alunos do curso de Psicologia, pois terão a oportunidade de experimentar na prática o uso destes instrumentos, uma criança será envolvida no projeto, oriunda de uma escola escolhida ela FUCAP, após autorização expressa dos pais/responsáveis, após assinatura de termo para este fim. Reveste-se de suma importância ressaltar o quão rico e empoderador será a utilização prática destes instrumentos, de forma presencial, para o aprendizado de nós estudantes de Psicologia, trazendo segurança e confiança adquirido nos conhecimentos teóricos fornecidos pela FUCAP, através de sua docente Jamile Ladislau, ministrante da disciplina de Psicodiagnóstico e Avaliação Psicológica da instituição.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A palavra diagnóstico é originária do termo grego *diagōstikós*, que significa conhecimento (efetivo ou em confirmação) sobre algo, ao momento do seu exame; ou ainda descrição em minúcias de algo, feita pelo examinador, classificador ou pesquisador; refere-se ademais ao juízo declarado ou proferido sobre a característica, a composição, o comportamento, a natureza, etc. Em suma, este termo é usado para

referir-se à possibilidade de conhecimento que estende-se daquele do senso comum, ou seja, o meio de significar a realidade utilizando-se de conceitos, noções e teorias científicas.

Nas palavras de Ancona-Lopez (2002), o Psicodiagnóstico pode assim ser conceituado: um processo intervencionista onde alguém – com algum preparo em certa área - que coloca-se entre pessoas, colocando-se à disposição de quem dele necessita.

Nas sábias letras de Cunha (2003),

“psicodiagnóstico é um processo científico, limitado no tempo, que utiliza técnicas e testes psicodiagnósticos (*input*), em nível individual ou não, seja para atender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos, para classificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados (*output*), na base dos quais são propostas soluções.

Pode-se melhor explicar as palavras de Cunha, afirmando ser um processo que tem como objetivo identificar as forças e fraquezas no funcionamento psicológico, como foco na possibilidade ou não de presença de psicopatologia. Ou melhor ainda, um estudo profundo da personalidade – sob a ótica clínica – que tem por objetivo um estudo para atender demanda trabalhista, educacional ou forense. Neste caso, o psicodiagnóstico vem antes, servindo de base para as conclusões que se fizerem necessárias à demanda.

O psicodiagnóstico é um procedimento científico, em suma, que se vale de testes científicos – diferentemente da avaliação psicológica – que pode ou não usar estes instrumentos. Ele tem como premissas partir de um levantamento prévio de hipóteses que serão confirmadas ou infirmadas por meio de certos passos pré-determinados, sendo, conforme Cunha (2003) limitado no tempo, baseado num contrato firmado entre paciente ou responsável e psicólogo. Assim que os dados iniciais permitam, poder-se-á estabelecer uma plano de avaliação e o tempo hábil para sua conclusão. Ainda, no entender de Cunha (2003), esse processo é sempre desencadeado em vista de um encaminhamento, que se inicia por uma consulta, a partir do qual outro profissional ou mesmo um psicólogo, encaminham um paciente a um psicólogo clínico que faça psicodiagnóstico. Esta avaliação deve ser oriunda de um problema prévio, ou seja, algo que o psicólogo necessita

identificar e avaliar, para poder chegar a um diagnóstico. Por último, podemos concluir que o psicodiagnóstico possui um fim em si mesmo, entretanto também é um meio para fim diverso e sua finalidade é o conhecimento de alguém de forma mais profunda possível.

Entende-se como entrevista de anamnese como a entrevista inicial feita com os responsáveis pelo menor ou ao paciente, se for adulto, com o objetivo de se obter, primeiramente os dados do paciente, os motivos da consulta, o histórico do problema, as expectativas do entrevistado quanto à terapia. Pode ser estruturada ou semi-estruturada.

O termo médico, psicológico, psicopedagógico – anamnese - se origina de *ana* = trazer de volta, recordar e *mnese* = memória. Significa trazer de volta à mente os fatos relacionados com a pessoa e suas manifestações de doença. A anamnese tem como um de seus objetivos principais o alcance de uma boa relação médico-paciente, que visa o vínculo, a adesão ao tratamento, a confiança e maior fidedignidade das informações prestadas pelo paciente ou por seus responsáveis.

As informações obtidas sobre questões afeitas à subjetividade do paciente contribuem para uma interpretação/descrição melhor dos sintomas pelo médico, “para melhorar seu relacionamento com o paciente e para reduzir o sofrimento deste, podendo ainda ser de grande ajuda para desfazer associações inapropriadas ou redirecionar o raciocínio clínico do profissional”.(BALDUÍNO, Paula et ali., 2012, p. 336)

No dicionário Aurélio, encontramos o fenômeno da atenção assim definido: “aplicação cuidadosa da mente a alguma coisa” e concentração como “aplicação da atenção da mente de modo interno e exclusivo.”

A atenção é um processo psíquico que concentra a atividade mental sobre determinado ponto, significando um esforço da mente. Neste processo se destacam a vigilância e a tenacidade. Pode-se então, assim analisar:

- a. Atenção normal ou euprossexia ou normovigilância;
- b. Hipervigilância – ocorre o exagero;
- c. Hipovigilância – ocorre o enfraquecimento da atenção;
- d. Hipertenacidade – atenção em demasia a algum estímulo; concentração num estímulo;

- e. Hipotenacidade – a atenção é afastada com demasiada rapidez do estímulo.

O Teste da atenção concentrada (AC) é um instrumento que tem um valor único, uma vez que o mesmo revelou-se capaz de avaliar quantitativamente a capacidade de atenção concentrada e sustentada do examinando, e também de proporcionar a avaliação qualitativa de outras habilidades neuropsicológicas envolvidas, tais como: percepção, discriminação e varredura visual, orientação espacial, processamento de informação com velocidade e ritmo de execução visomotora para alternância de estímulos visuais, habilidade grafomotora e persistência motora (E. Benczik E. et ali, 2016).

A validade relativa ao desenvolvimento - um dos estudos mais relevante para a utilização de instrumentos de avaliação psicológica - é mais utilizada quando se trata de pesquisas com crianças e adolescentes. Há a expectativa de que, durante a infância, as capacidades aumentem com a idade e a teoria da validade relativa ao desenvolvimento afirma que, o teste sendo válido, os resultados do mesmo também devem aumentar com a idade da criança (E. Benczik et ali, 2016).

Em suma, a avaliação neuropsicológica é preciosa ferramenta nesse processo diagnóstico, pois foca na funcionalidade do paciente no seu dia-a-dia, proporcionando um entendimento aceitável da natureza dos problemas e contribuindo no planejamento das intervenções necessárias. Todavia, há a necessidade de um planejamento anterior da bateria a ser utilizada, no qual é importante considerar os objetivos da avaliação, o indivíduo, sua idade, fase do desenvolvimento em que se acha e açambarcar as principais funções neuropsicológicas para que a avaliação neuropsicológica atenda seu fim.

Os resultados considerados abaixo do esperado oriundos de testes de atenção não são suficientes para o psicodiagnóstico de qualquer transtorno neuropsiquiátrico, da mesma forma que resultados normais não são suficientes para exclusão de déficits atencionais. Contudo, resultados de testes, ao serem interpretados em face do histórico clínico relatado e à observação qualitativa, podem proporcionar informações relevantes para delinear o quadro sintomático, ensejando um diagnóstico mais acurado.

3 MÉTODO

O projeto de extensão foi posto em prática no período entre 13 de outubro de 2021 e 01 de dezembro de 2021, na Clínica escola de Psicologia da Univinte, totalizando 14 encontros. A presente extensão acadêmica foi dividida em dois momentos: primeiramente será feito contato com os pais/responsáveis para confirmação do agendamento do menor. Em seguida, em dia previamente informado aos participantes, a entrevista de anamnese foi realizada em sala de atendimento apropriada, na FUCAP, no período noturno. Num segundo momento, após a realização da anamnese, a criança foi encaminhada à mesma sala para a realização do teste de atenção denominado BPA, a aplicação foi realizada pelos alunos de psicologia envolvidos sob supervisão da professora da disciplina Jamile Ladislau. Após sua aplicação, foi realizada a correção do instrumento utilizado, levando-se em conta aspectos éticos como o sigilo absoluto dos resultados para que não houvesse qualquer prejuízo psicológico ao menor. Os testes psicológicos são uma ferramenta não precisa, mas apenas auxiliar no psicodiagnóstico e no processo terapêutico auxiliam o terapeuta na conduta da terapia e métodos de autodesenvolvimento específicos a serem aplicados ao caso em pauta.

4 RESULTADOS

O projeto de extensão ora analisado possibilitou uma gama de ações que a todos ocuparam: envolveu a participação da Professora da disciplina na orientação/execução, os alunos em duplas ou trios, uma criança escolhida pela FUCAP dentre menores de uma unidade básica da comunidade, o uso de sala de estudos e das salas de atendimento psicológico da FUCAP, contatos telefônicos com os responsáveis pela criança do projeto, aplicação de entrevista de anamnese com o objetivo de conhecer a realidade da criança nos aspectos familiar, escolar e social. Todos os objetivos propostos foram alcançados com êxito, tendo sido aplicados os dois instrumentos propostos – anamnese e aplicação de teste de atenção do tipo BCA, execução de Síntese Psicológica e Entrevista de Devolução com o (s) responsável (eis). Restou claro que a aplicação dos instrumentos teve como escopo não

definir ou concluir diagnóstico da criança, mas tão somente analisar um recorte de um aspecto da criança – a atenção em dado momento. Foi ainda, durante esta entrevista devolutiva, informados os responsáveis sobre a possibilidade para 2022 desta criança ser atendida e dar início a processo psicoterapêutico junto ao Serviço de Atendimento Psicológico da FUCAP – cujo início está previsto para este próximo calendário acadêmico. Os dados foram mantidos no cadastro de reserva para novos clientes/pacientes de alunos do Curso de Psicologia desta entidade, matriculados na disciplina de PRÁTICA CLÍNICA.



REFERÊNCIAS

ANCONA-LOPEZ, M. *et al.* **Psicodiagnóstico**: processo de intervenção. São Paulo: Cortez, 2002. p. 43-89.

BENCZICK, Edyleine *et al.* **A utilização do teste de atenção concentrada (AC) para a população infanto-juvenil**: uma contribuição para a avaliação neuropsicológica. Internet. Pepsic.bvsalud. 24/10/2021.

BALDUÍNO, Paula *et al.* **A Perspectiva do paciente no roteiro de anamnese: o olhar do estudante**. *Revista Brasileira de Educação Médica*. Internet.Scielobr.26/10/2021.

CUNHA, J.A. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artmed, 2004. In: Programa de Educação Continuada a Distância – Portal Educação.
LIMA, R.F. **Compreendendo mecanismos atencionais**. Internet. In: Revista Ciências & Cognição.Pepsic.bvsalud. 03/11/21.

PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL: APLICAÇÃO DE TESTE BPA – BATERIA PSICOLÓGICA PARA AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO

Jamile Rosa Ladislau¹

Emeline Corrêa de Melo²

Fabiola de Souza Medeiros Castro³

Gecimara Calegari Rodrigues Justino⁴

1 INTRODUÇÃO

Este projeto tem como objetivo compreender e descrever as experiências direta com a realidade dos atendimentos nas sessões do Psicodiagnóstico e Avaliação Psicológica, através de pesquisa bibliográfica e atividade prática sobre PSICODIAGNÓSTICO INFANTIL: APLICAÇÃO DE TESTE – BPA (Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção). Esse estudo tem como justificativa, o contato junto ao paciente, além disso, demonstrar as percepções frente a experiência vivenciada durante o processo, à aplicação e correção do teste BPA (Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção).

As funções cognitivas fazem uso de funções básicas mentais e refere-se as formas mais complexas de atividade mental, em que as informações do mundo externo são recebidas, analisadas e armazenadas através dessas funções básicas, as quais são tem capacidade de ser serem integradas e usadas no planejamento e execução de qualquer tarefa. As Funções Cognitivas que fazem o uso de funções básicas mentais são: atenção/concentração; percepção; memória (curta e longa); raciocínio: lógico, verbal e abstrato; linguagem (expressão de informação); execução de resolução de problemas (funções executivas). Com base em artigo de FONSECA (2014), Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica, Revista Psicopedagógica, será

¹ Esp. em Avaliação Psicológica. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: prof.jamilerosa@fucap.edu.br.

² Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: emelinecmelo42@gmail.com.

³ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: fabiolamedeiros917@gmail.com.

⁴ Acadêmica do Curso de Psicologia do Centro Universitário Univinte. E-mail: gecimaracalegari@gmail.com.

possível ter um conhecimento mais abrangente desta função básica mental que, segundo o autor, é uma função executiva que se refere a sustentação, foco, fixação, seleção de dados, evitamento de distratores, entre outros.

Saber como o cérebro evoluiu, evolui e funciona é determinante para o sucesso não só na aprendizagem como no ensino, o chamado processo ensino aprendizagem, que consubstancia a característica única da espécie humana de transmitir a cultura intergeracionalmente, ou seja, entre seres maduros e experientes e seres imaturos e inexperientes. (FONSECA, pg. 01, 2014)

Este projeto será um recorte do processo de um psicodiagnóstico infantil, sendo que o psicodiagnóstico tem um importante papel de orientar e informar o paciente e seu responsável, quanto ao diagnóstico clínico ao qual o mesmo está enfrentando no momento, além disso, de elucidar ao próprio terapeuta um possível encaminhamento para a continuidade do atendimento deste indivíduo, voltado diretamente na resolução do seu problema (CUNHA, 2000). Também tem como foco, a importância quanto à aplicação do processo Psicodiagnóstico, que se refere ao fato de ser uma atividade que permite ao estudante desenvolver suas habilidades técnicas e interpessoais, explorando suas competências, priorizando sempre a ética e a responsabilidade frente ao indivíduo que nos solicita, em prol da prevenção e promoção da sua qualidade de vida.

O Psicodiagnóstico é um tipo de avaliação psicológica, um processo científico, limitado no tempo, que com o suporte de um referencial teórico visa alcançar os objetivos específicos àquela situação. Necessita de hipóteses a serem confirmadas ou refutadas, visto que através delas o profissional terá um guia para o desenvolvimento da sua investigação diagnóstica (CUNHA, 2000). Para alcance dos objetivos propostos nesta atividade prática, na qual será avaliada os níveis de atenção de uma criança entre 6 e 12 anos, serão utilizados: uma anamnese com os pais e/ ou responsável pela criança, o teste psicológico - BPA, a compreensão e percepção frente ao comportamento da criança no instrumento padronizado como: BPA (Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A avaliação psicológica no Brasil é uma das funções exclusivas do psicólogo garantida pela Lei nº 4119 de 27/08/1962, que regulamenta a profissão (CFP, 2012). Esta atividade do psicólogo inclui o processo de coleta de dados, cuja realização inclui métodos e técnicas de investigação. No contexto clínico, a avaliação psicológica é denominada de psicodiagnóstico, que, por sua vez, é definido como processo científico, que parte de um levantamento prévio de hipóteses que serão confirmadas ou não através de passos predeterminados e com objetivos precisos, sendo um processo limitado no tempo, que utiliza métodos e técnicas psicológicas, para entender problemas à luz de pressupostos teóricos. Num psicodiagnóstico, usualmente é estabelecido um plano de avaliação com base nas perguntas ou hipóteses iniciais (CUNHA, 2000).

Psicodiagnóstico é um processo científico, limitado no tempo, que utiliza técnicas e testes psicológicos (input), em nível individual ou não, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos, seja para classificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados (output), na base dos quais são propostas soluções, se for o caso (CUNHA, 2000, p.26). A realização do psicodiagnóstico implica na aplicação de testes psicológicos além das entrevistas (ARZENO, M. E., 1995).

O psicodiagnóstico para CUNHA (2000), deve partir de um levantamento de hipóteses a serem confirmadas ou refutadas, através de um processo pré-determinado e objetivos específicos. O processo estabelece um plano de avaliação, num tempo previamente contratado entre paciente ou responsável e o psicólogo. Este plano define os instrumentos necessários, como testes e técnicas, de que forma e quando utilizá-los, baseado nas hipóteses formuladas inicialmente.

No processo de operacionalização CUNHA (2000), ressalta a necessidade de considerar os comportamentos específicos do psicólogo e os passos do diagnóstico de acordo com o modelo psicológico de natureza clínica. O reconhecimento da qualidade do psicodiagnóstico tem relação com a escolha adequada dos instrumentos, com a capacidade de análise e a inter-relação dos dados quantitativos e qualitativos, tendo como ponto de referência às

hipóteses iniciais e os objetivos do processo. Isso aponta para a competência do profissional, que é o psicólogo clínico e é fundamental que ele consiga exercer bem essa tarefa.

Ao elaborar um psicodiagnóstico é imprescindível considerar as verdadeiras razões que motivaram o encaminhamento.

Segundo CUNHA (2000), para que o plano de avaliação com enfoque clínico seja devidamente operacionalizado, precisam ser escolhidas estratégias que permitam obter as respostas adequadas às questões propostas inicialmente. Entre as possíveis estratégias, há muita diversidade de instrumentos psicológicos e é importante o psicólogo ter fácil acesso a informações a respeito, para fazer rapidamente as melhores opções, conforme as hipóteses levantadas e as características do examinando.

Para o planejamento de uma avaliação psicológica e um melhor direcionamento após um processo adequado do trabalho, há uma sequência de etapas seguidas pela maioria dos especialistas (ADRADOS, 1980 apud LADISLAU, 2018):

- Primeiro contato com o paciente – que visa a entrevista inicial e o levantamento dos objetivos da avaliação;
- Seleção das técnicas e serem administradas e das entrevistas necessárias;
- Coleta das informações dos instrumentos aplicados;
- Integração das informações e análise dos resultados colhidos;
- Desenvolvimento de hipóteses iniciais;
- Devolução dos resultados para o examinando;
- Elaboração do laudo que pode ou não ter um diagnóstico em casos de avaliação clínica;
- Fechamento do processo;

3 HISTÓRIA PESSOAL OU ANAMNESE

A história pessoal pressupõe uma reconstituição global da vida do paciente, como um marco referencial em que a problemática atual se enquadra e ganha significação. Frequentemente, a anamnese é delineada de forma mais sistemática e formal, produzindo um acúmulo de dados que não contribuem para o entendimento do caso. Um

enfoque puramente normativo pode ter sentido quando há suspeitas de desvios de desenvolvimento numa criança.

Frequentemente, o psicólogo segue um roteiro, que o ajuda a dar seguimento à sua investigação. Não estamos oferecendo exatamente um roteiro, mas apresentando tópicos que podem servir como pontos de referência para a exploração da vida do paciente: contexto familiar; história pré-natal e perinatal; primeira infância (até os três anos); infância intermediária (três a onze anos); pré-puberdade, puberdade e adolescência.

Segundo Resolução 09/2018, no artigo 1º:

Avaliação Psicológica é definida como um processo de investigação de fenômenos psicológicos, composto de métodos, técnicas e instrumentos, com o objetivo de prover informações à tomada de decisão, no âmbito individual, grupal ou institucional, com base em demandas, condições e finalidades específicas.

A avaliação psicológica é um processo amplo que envolve a integração de informações provenientes de diversas fontes, dentre elas, testes, entrevistas, observações, análise de documentos. A testagem psicológica, portanto, pode ser considerada uma etapa da avaliação psicológica, que implica a utilização de teste(s) psicológico(s) de diferentes tipos.

4 MÉTODO

A extensão acadêmica ocorreu no período entre no período entre 13 de outubro de 2021 e 01 de dezembro de 2021, totalizando 14 encontros na Clínica Escola de Psicologia da Univinte. Para alcançar os objetivos propostos nesta atividade prática, na qual foi avaliada os níveis de atenção de uma criança entre 6 e 12 anos, foram utilizados: uma anamnese com os pais e/ ou responsável pela criança, o teste psicológico - BPA, a compreensão e percepção frente ao comportamento da criança no instrumento padronizado como: BPA (Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção).

5 RESULTADOS

Através deste relatório buscou-se analisar as estratégias e os métodos para contribuir no processo do crescimento e ajuda à criança. Com base nas observações das informações levantadas e dos dados obtidos, pode-se melhor avaliar e ter um melhor entendimento de um pré diagnóstico. Além disso, compreender toda a história da criança para então conseguir de uma maneira adequada a lidar melhor com qualquer questão no presente. Aplicar os instrumentos ao avaliar a atenção de uma criança trouxe a clareza e muitos aspectos de muito o que vimos na teoria, a qual vai agregar muito para um futuro profissional. E que, independentemente da área ou série de atuação, necessitam de formação continuada, sobre o processo e necessidades especiais e sobre como se dá o desenvolvimento cognitivo das pessoas em seu processo de aquisição de conhecimentos.



REFERÊNCIAS

ARZENO, M. E. **Psicodiagnóstico clínico: novas contribuições**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional dos psicólogos**. Brasília, 2005.

CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnóstico V**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FONSECA, Vitor. Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica, **Revista Psicopedagógica**, v. 31, n. 96, São Paulo, 2014.

NORONHA, Ana Paula Porto *et al.* **Cartilha avaliação psicológica**. Brasília: André Almeida, 2013.